

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – POSEDUC
LINHA DE PESQUISA: POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

KARLA KALIANE DA SILVA CASTRO

**A AUTONOMIA EM UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE AREIA
BRANCA/RN: UM ESTUDO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO**

Mossoró-RN

2017

KARLA KALIANE DA SILVA CASTRO

**A AUTONOMIA EM UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE AREIA
BRANCA/RN: UM ESTUDO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – POSEDUC, na Linha de Pesquisa: Políticas e Gestão da Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, como requisito para obtenção do título de mestre, sob orientação da Prof.^a Dr.^a. Francisca de Fátima Araújo Oliveira.

Mossoró-RN

2017

Ficha catalográfica gerada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas
e Diretoria de Informatização (DINF) - UERN,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C355a Castro, Karla Kaliane da Silva
A autonomia em uma escola pública municipal de Areia Branca/RN:
um estudo sobre a implantação do Projeto Político Pedagógico / Karla
Kaliane da Silva Castro - 2017.
115 p.

Orientadora: Francisca de Fátima Araújo Oliveira.
Coorientadora:
Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio Grande do
Norte, Programa de Pós-Graduação em Educação – POSEDUC, 2017.

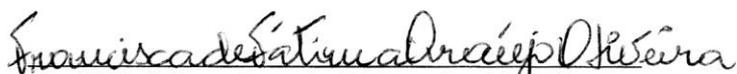
1. Projeto Político Pedagógico. 2. Autonomia. 3. Escola. I. Oliveira,
Francisca de Fátima Araújo, orient. II. Título.

KARLA KALIANE DA SILVA CASTRO

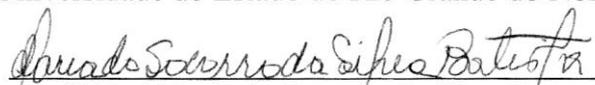
A AUTONOMIA EM UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE AREIA
BRANCA/RN: UM ESTUDO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO

DATA DE APROVAÇÃO: 30 / 08 / 2017

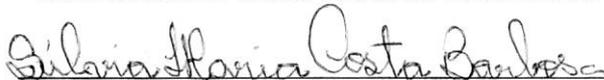
COMISSÃO EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Francisca de Fátima Araújo Oliveira
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte



Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro da Silva Batista
Universidade Federal Rural do Semi-Árido



Prof.^a Dr.^a Silvia Maria Costa Barbosa
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, pois sem ele não havia conseguido tal gloria. Dedico também aos meus pais Assis e Navegante e a meus irmãos Adson e Jeciara, por fazerem parte desta conquista, e ao meu esposo Caliano Rafael, por todo apoio e cuidado para comigo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da minha vida, por me segurar em teus braços diariamente e por que sei que foi graças ao teu amor por mim que alcancei esta conquista.

Aos meus pais Navegantes e Assis, por todo amor, dedicação e oração, por me apoiarem em minhas decisões e torcerem por minhas conquistas, por festejarem junto comigo minhas alegrias e por estarem comigo em todos os momentos de minha vida e por me ensinarem que na vida o fundamental é a união, a verdade, a esperança, a humildade, a honestidade, a força de vontade e, principalmente, o amor ao próximo.

Aos meus irmãos Adson e Jeciara, por estarem ao meu lado e me apoiarem e me ajudarem em todos os momentos.

Aos meus tios, primos, sobrinhos e avós, que sempre estiveram sonhando junto comigo.

Agradeço com o coração cheio de amor ao meu marido Caliano Rafael, que esteve comigo diariamente, vivenciando junto comigo cada etapa deste processo formativo, enxugando minhas lágrimas e rindo comigo nos meus momentos de loucura; por compartilhar comigo cada minuto e acreditar que venceríamos juntos; por ser forte nos momentos em que a fraqueza me tomava de conta; por ser meu amigo, companheiro e, principalmente, meu grande amor, pois juntos amadurecemos diariamente.

À família do meu esposo, Sr. Ronildo, D. Creusa (pai e mãe) e Cassino (cunhado), aos seus tios e tias que torceram e torcem para as realizações de nossos sonhos.

Às minhas amigas Andreza, Janine e Karol, que um dia, por meados de 2008, sonharam junto comigo em conquistar o que hoje todas nós estamos realizando; por elas estarem ao meu lado, mesmo que distantes por quilômetros, mas nunca estivemos distante em espírito.

Aos meus colegas de curso, em especial minha colega que virou minha amiga, irmã e mãe nesse caminho, Zenileide Rejane, que com seu jeito tímido, me ensinou tantas coisas, vivenciou comigo quase que diariamente cada passo desse processo. Meu muito obrigada, minha amiga!

À Maritza Arruda, que foi outra benção que o Senhor colocou na minha vida, uma pessoa maravilhosa que também vivenciou comigo grandes momentos, pois, juntas rimos, choramos e sonhamos. Você vai ser eterna em meu coração.

À Rayssa, um anjo que Deus me deu, pessoa de coração puro e cheio de amor para com o próximo.

A todos os meus professores e professoras, da Educação Infantil, Fundamental, Médio e Faculdade de Educação, curso de Pedagogia da UERN. Vocês foram a base de sustentação inicial para a construção dos meus primeiros conhecimentos. Obrigada!

À minha orientadora, a professora Francisca de Fátima Araújo Oliveira, que é uma excelente educadora, profissional e, sobretudo, humana. Suas contribuições e ensinamentos foram fundamentais para que eu pudesse está realizando esse sonho. Obrigada por todo tempo e dedicação para comigo, por ser esta mulher forte e humilde, por compartilhar seus conhecimentos de forma elegante, sábia e simples.

Às professoras Sílvia Maria e Socorro Batista, por aceitarem nosso convite e contribuírem para que nossa pesquisa possa está contribuindo para as discussões acadêmicas da educação. Também às Professoras Arilene Medeiros e Ady Canário, que fizeram parte da construção desta pesquisa, pelas contribuições, nosso muito obrigada!

A todos que compõem o Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC/UERN). À Adiza e Raquel, que também fazem parte dessa equipe, por estarem sempre a nos receber com um sorriso acolhedor, por muitas vezes me ouvirem e acalmarem, por serem essas profissionais excelentes, que sempre estiveram à disposição para ajudar.

Aos profissionais da escola pesquisada, principalmente as que contribuíram com as entrevistas e me acolheram na escola como parte dela. Em especial, agradeço a Rizalva, uma profissional excelente que esteve sempre a disposição para nos ajudar nesta pesquisa. Sem a colaboração de vocês, a concretização da presente dissertação seria impossível. Muito obrigada!

Agradeço imensamente à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro durante um ano de mestrado. Obrigada!

Ninguém é sujeito da autonomia de ninguém. Por outro lado ninguém amadurece de repente, aos vinte e cinco anos. A gente vai amadurecendo todo dia, ou não. Autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo é vir a ser.

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar se a implantação do Projeto Político Pedagógico-PPP tem contribuído para a construção da autonomia em uma escola pública municipal de Areia Branca/RN. Para atingir tal objetivo a pesquisa configura-se de natureza qualitativa, com técnicas de estudo de caso realizado na Escola Municipal Academia do Saber. Utilizando-se ainda de entrevistas semiestruturadas realizadas com 1 professora, 1 supervisora e 1 diretora. A discussão teórica sobre autonomia é fundamentada em Paulo Freire (2000), (2011) e (2016). A pesquisas bibliográfica parte de um levantamento no banco de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Já o levantamento documental das atas de reuniões do Conselho Escolar da escola lócus da pesquisa. Os resultados do levantamento no banco de teses e dissertações da CAPES, apontam para a preocupação dos pesquisadores no sentido de compreender as políticas educacionais em vigor no nosso país, como também analisar como se dar o processo de construção do PPP das escolas e como esse processo tem contribuído para a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem e para a democratização dos processos escolares, e para a conquista da autonomia escolar. Para compreender o PPP utilizamos como principais teóricos Veiga(2004), Vasconcellos (2007) e Castro Neves (2004). Já a pesquisa documental mostra que o Conselho Escolar não se mantém ativo, segundo a descrição exposta na ata de reuniões, registra-se apenas uma reunião, tendo por objetivo resolver caso de indisciplina de aluno. Os resultados da pesquisa de campo mostram a Escola Municipal Academia do Saber não alcançou sua autonomia plena, ela está buscando construir diariamente sua autonomia, mas para obter sucesso é necessário que os sujeitos da escola repensem sua própria autonomia. Com a implantação do PPP os sujeitos passaram a utilizar o documento como instrumento de garantia de controle e adoção de normas que possibilitem abonação as atitudes tomadas pela gestão. Consideramos que a escola precisa repensar sua autonomia atual, para que possam alcançar a conquista da autonomia.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico. Autonomia. Escola.

ABSTRACT

This paper aims to analyze if the implementation of the Political Project Pedagogical-PPP has contributed to the construction of autonomy in a public school in Areia Branca / RN. To achieve this objective, the research is of a qualitative nature, with case study techniques carried out at the Municipal School of Knowledge. Using semi-structured interviews with 1 teacher, 1 supervisor and 1 director. The bibliographical research starts from a bibliographical survey in the dissertation and thesis bank of the Coordination of Improvement of Higher Education Personnel - CAPES. Already to the documentary survey of the minutes of meetings of the School Council of the school locus of the research. The results of the survey in the thesis and dissertations database of CAPES point to the researchers' concern to understand the educational policies in force in our country, as well as to analyze how the process of building the PPP of schools and how this process Has contributed to improving the quality of the teaching-learning process and to the democratization of school processes, and to the achievement of school autonomy. The documentary research shows that the School Council does not remain active, according to the description in the minutes of meetings, only one meeting is recorded, aiming to solve a case of student indiscipline. The results of the field research show that with the implementation of the PPP the subjects started to use the document as an instrument of guarantee of control and adoption of norms that make it possible to fertilize the attitudes taken by the management. We consider that the school needs to rethink its current autonomy, so that they can achieve the achievement of autonomy.

Key Words: Pedagogical Political Project. Autonomy. School.

LISTA DE SIGLAS

AFIRSE	Associação Francófona Internacional de Pesquisa Científica em Educação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFE	Conselho Federal de Educação
FAPERN	Fundação de Apoio a Pesquisa no Estado do Rio Grande do Norte
FE	Faculdade de Educação
GEPEES	Grupo de Estudos e Pesquisas em Estado, Educação e Sociedade
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDEMA	Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
RN	Rio Grande do Norte
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
PNAIC	Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Teses e Dissertações Seleccionadas/ CAPES.....	52
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Números de escolas no município de Areia Branca /RN	32
Gráfico 02 – Quantidade de estudantes matriculados.....	33

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
1 CONSTRUÇÃO DE UM ITINERÁRIO	23
1.1 PERGUNTA DE PARTIDA	Erro! Indicador não definido.
1.2 OBJETIVOS	Erro! Indicador não definido.
1.3 LÓCUS DA PESQUISA	30
1.3.1 O município de Areia Branca: uma síntese descritiva	30
1.3.2 Justificativa da opção pela escola <i>lócus</i> da pesquisa	34
1.3.3 Conhecendo o <i>lócus</i> da pesquisa	35
1.4 CAMINHOS METODOLÓGICOS	36
1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	40
2 DISCUTINDO O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA	41
2.1 SOBRE PAULO FREIRE	41
2.2 COMPREENDENDO A AUTONOMIA E ESTABELECEENDO RELAÇÃO COM O PROJETO PEDAGÓGICO DA ESCOLA E O CONCEITO DE AUTONOMIA	42
2.3 COMPREENDENDO AO CONCEITO DE AUTONOMIA	50
3 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A AUTONOMIA DA ESCOLA PÚBLICA: UMA DISCUSSÃO SOBRE OS ESTUDOS REALIZADOS	50
3.1 PROCEDIMENTO DE LEVANTAMENTO DE RESUMOS NO BANCO DE TESES DA CAPES	50
3.2 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: CONCEITUANDO ENTRE OS DIVERSOS OLHARES	57
4 AS CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO PARA A CONQUISTA DA AUTONOMIA ESCOLAR	61
4.1 ANÁLISE DAS ATAS DE REUNIÕES DO CONSELHO ESCOLAR	61
4.2 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA	62
4.2.1 Sobre a participação dos sujeitos nos momentos decisórios da escola e o estabelecimento do diálogo	63
4.2.2 Planejamento de atividades: relação entre a equipe pedagógico-administrativa e equipe de professores	65
4.2.3 A autonomia no Projeto Político Pedagógico da escola.	66
4.3. PERFIL DOS ENTREVISTADOS	68
4.3.1 Sobre a professora entrevistada	69
4.3.2 Sobre a supervisora entrevistada	69
4.3.3 Sobre a gestora entrevistada	70
4.4 SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS SUJEITOS NOS MOMENTOS DECISÓRIOS DA ESCOLA E O ESTABELECEIMENTO DO DIÁLOGO	71
4.4.1 Sobre a participação dos segmentos por ocasião da elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola	71
4.4.2 Sobre a participação dos segmentos na atualização do Projeto Político Pedagógico	73
4.4.3 Planejamento de atividades: relação entre a equipe técnico-administrativa e a equipe pedagógica	77

4.5 O CONCEITO DE AUTONOMIA PARA AS ENTREVISTADAS E A CONTRIBUIÇÃO DO PPP PARA A AUTONOMIA NA ESCOLA.	79
4.6 A AUTONOMIA NO ÂMBITO ESCOLAR: POSSIBILIDADES E LIMITES.....	82
4.6.1 A autonomia no âmbito da escola na visão dos entrevistados	83
4.6.2 A implantação do Projeto Político Pedagógico na escola: autonomia ou manutenção de antigas regras?	84
5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	89
6 REFERÊNCIAS	97
 APÊNDICES	 102

APRESENTAÇÃO

Nessa apresentação relato um pouco da minha trajetória escolar, acreditando que o percurso vivido é parte fundamental para chegar ao estágio acadêmico e, principalmente, à linha de pesquisa política e gestão da educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do estado do Rio Grande do Norte, à qual me encontro vinculada. Então, cabe aqui relatar que sou filha de Dona Francisca dos Navegantes (conhecida como Tiquinha) e Francisco de Assis (conhecido como Formiguinha), ela merendeira em uma escola pública da rede municipal de educação de Areia Branca- RN, estudou até a 6º série do ensino fundamental II, ele pescador artesanal, analfabeto - por não ter tido a oportunidade de estudar – ambos, residentes na Vila Praia de Ponta do Mel, lugar de onde vim e que tenho enorme prazer em dizer, mundo a fora, que pertenço à tão doce raiz.

Iniciei minha trajetória escolar no ano de 1998, aos seis anos de idade quando fui matriculada na Educação Infantil, na escola Municipal Manoel Filgueira dos Santos, na Vila Praia de Ponta do Mel, Município de Areia Branca- RN. Na oportunidade, cheguei à escola com uma pequena base de conhecimento, pois, pelo fato de minha mãe trabalhar na escola, eu já tinha muito contato com os professores, porque, antes mesmo de me matricular, já passava manhãs a folhear livros e revistas na escola. Muitas vezes, os professores me davam algumas atividades que sobravam da turma para que eu fizesse. Minha mãe, com seu pouco conhecimento, me ensinava as letras do alfabeto. Portanto, esses momentos na escola e os esforços da minha mãe me ajudaram a ter um bom processo de alfabetização.

Lembro-me muito bem do período da educação infantil, que estudava pela manhã e voltava para escola à tarde com minha mãe que lá trabalhava. Isso para mim era maravilhoso. Sempre amei estar no ambiente escolar. Lembro-me da professora Andreia que, no intervalo, me deixava fazer tranças no seu cabelo superliso e, à tarde, quando ia com minha mãe, a professora Socorro me deixava assistir aula em sua sala. Assim cursei a pré-escola em dois turnos, no mesmo ano.

No ano seguinte, precisamente em 1997, cursando a primeira série, no turno matutino, minha professora era Marta (*In Memoriam*). Esta série foi marcada por muitos momentos, como o mais crítico, o falecimento desta professora, em um trágico acidente de carro. Lembro-me de que para nós era tudo muito confuso em meio ao ano letivo perdemos nossa professora. Fomos todos para seu sepultamento - foi uma caminhada muito bonita - estávamos todos de farda, os funcionários da escola também, e havia uma bandeira da escola sobre o caixão. Mas, o principal ficou em minha mente e permanece até hoje, o sorriso dela sempre que falava conosco, sempre que nos ensinava. Após sua perda, outro professor a substituiu; ele era muito alegre, nos ensinou muita coisa sobre os animais, foi o professor que nos ensinou a fantasiar, escrever e contar histórias. Sempre que ia explicar algum conteúdo ele desenhava no quadro e foi por meio dele que tive prazer em desenhar, uma das minhas atividades extras, que ainda hoje realizo, quando possível.

Recordo-me que nesse período a escola não tinha muito material didático e disponibilizava de poucos brinquedos educativos. Os professores utilizavam mais o livro didático e o quadro. Nossas atividades, feitas com folhas de carbono, eram colocadas nas paredes e tínhamos também nossas pastas de atividades.

Foram muitos períodos marcantes, tanto na educação infantil, quanto no ensino fundamental. Os momentos em sala de aula como aluna e como observadora foram muito importantes. As contribuições de quando ia para a escola acompanhar minha mãe foram muito enriquecedoras para minha formação, sempre estava presente nas reuniões com pais e docentes e também estava presente nos planejamentos pedagógicos. Nessas minhas observações, sempre via minha mãe com uma postura autônoma, pois fazia parte do Conselho Escolar como representante dos funcionários e na escola que eu e meu irmão cursávamos o ensino fundamental, ela participava do Conselho Escolar como representante dos pais de alunos. Acredito que essa postura da minha mãe tenha contribuído bastante para meu interesse na área das políticas públicas e da gestão escolar.

Já o ensino médio trouxe grandes contribuições para minha formação. Uma pessoa que marcou bastante foi o professor Julimar França, que ministrava as disciplinas Filosofia e Sociologia. Ele promovia debates e discussões que ultrapassavam o nível da educação oferecida na escola. Ele nos instigava a

debates e discussões sobre a sociedade e as transformações ocorridas ao longo dos anos e também nos estimulava a sermos críticos e políticos; lembro-me de que ele nos deu uma aula sobre política muito interessante, nos mostrou o que realmente é política.

O ensino médio foi marcado de escolhas e transformações, momento de compreender que a partir daquela fase deveríamos ser políticos e autônomos para compreendermos e escolhermos o caminho certo a se trilhar.

Após a conclusão do ensino médio, havia objetivos que queria alcançá-los: passar em um concurso público ou ter um emprego e passar no vestibular. A conclusão do ensino médio ocorreu no ano de 2009, aos 17 anos de idade. Nessa época, consegui um emprego em uma papelaria, experiência essa que me ajudou a construir minha autonomia e responsabilidade. Nesse mesmo ano, prestei vestibular, mas não passei. Então, busquei passar o ano de 2010 me dedicando ao estudo e ao trabalho. Nesse período, havia acabado de completar a maioria quando ocorreu um concurso público na cidade de Areia Branca. Assim, enquanto me preparava para o concurso, também me preparava para o vestibular e foi um ano de muita dedicação aos estudos.

No ano de 2011 fui aprovada no vestibular para cursar Pedagogia na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte–UERN e no concurso público para agente comunitário de saúde, da Prefeitura Municipal de Areia Branca-RN. Quanto ao vestibular, ingressei na educação superior com muito entusiasmo e prazer. Já no que se refere ao concurso, não fui chamada para assumir a função, em virtude da pouca idade, pois no momento da classificação final descii para a 11ª colocação e só estavam disponíveis cinco vagas. Isso, no entanto, não me abateu, pois no curso de Pedagogia encontrei o que me fazia bem.

Ainda no ano de 2011 ocorreram grandes mudanças em minha vida, pois com a aprovação no vestibular tive que sair de casa (Ponta do Mel – Zona rural) e ir morar na cidade (Areia Branca) com minha irmã. Isso ocorreu porque na minha comunidade não ofertava transporte gratuito para que eu pudesse chegar à Universidade a qual se localiza em Mossoró-RN, e meus pais também não tinham condições de pagar um transporte privado, pois o custo diário saía muito caro.

Lembro-me exatamente do primeiro dia de aula no curso de Pedagogia: meu ônibus atrasou por causa da chuva muito forte, então, quando cheguei à

universidade a aula já havia começado e, ao entrar na sala, tive uma breve visão de todos que lá estavam, e a minha primeira reflexão foi de que não havia outra pessoa negra na sala, a não ser eu.

Aquela sensação foi um pouco estranha por que nunca havia sentido isso antes; então fiquei refletindo e, em seguida, era o orgulho por estar ali, por estar representando meu lugar, a minha raça.

Aqui, é necessário ressaltar que a mulher negra, apesar de ainda sofrer muitos preconceitos tem conquistado um espaço significativo “enquanto são barradas em clubes, hotéis, restaurantes elas se mobilizam para ocupar espaços dignos e de decisão no cenário da sociedade brasileira” (VIANA, 2008, p. 1).

É importante enfatizar também que a mulher negra ainda precisa vencer muitos desafios. Ana Carla Duda por meio do Observatório Feminino faz a seguinte observação:

As mulheres negras que conquistam melhores cargos no mercado de trabalho despendem uma força fora do comum, sendo que algumas, provavelmente, pagam um preço alto pela conquista, muitas vezes, abdicando do lazer, da realização da maternidade, do namoro ou casamento. Pois, além da necessidade de comprovar a competência profissional, têm de lidar com o preconceito e a discriminação racial, que lhes exigem maiores esforços para a conquista do ideal pretendido. A questão de gênero é, em si, um complicador, mas, quando somada à da raça, aumenta ainda mais o grau de dificuldade entre as suas agentes (DUDA, 2012, p. 1).

Ainda sobre as dificuldades que a mulher negra encontra para ocupar espaço na sociedade, Miranda e Souza (2015, p. 2) afirmam que “A discriminação racial na vida das mulheres negras é constante, apesar disso, muitas constituíram estratégias próprias para superar as dificuldades decorrentes dessa problemática”.

Dessa forma, é importante refletir que vivemos em um país onde a desigualdade social e racial ainda é muito grande. Sabemos que a situação do negro, historicamente, é diferenciada desde a sua chegada ao Brasil, que se deu de maneira cruel, na condição de escravo e que até hoje vem sendo vítima do preconceito, tendo sofrido pela falta de oportunidade. Trata-se, pois, de uma situação de desvantagem tanto econômica como cultural, social e política.

Assim, diante dessa questão das desigualdades raciais, surgem as políticas de ações afirmativas, das quais resultam as cotas para afro-descendentes nas universidades, proposta incorporada e executada por diversas universidades brasileiras, entre elas a UERN.

A Lei de Cotas de nº 12.711/2012, sancionada pela presidenta da república Dilma Rousseff, atribui cota de 50% das vagas em instituições e universidades federais destinadas a estudantes egressos de escolas públicas e com renda familiar igual ou inferior a um salário-mínimo e meio, também adota critérios raciais para a cota (pretos, pardos e indígenas):

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (BRASIL, 2012).

Abordo aqui esta discussão não por ter tido acesso à universidade por meio da lei de cotas, pois ingressei no ano de 2011 e fui aprovada por meio da classificação geral, mas porque, na época, o fato de ser a única negra da sala me chamou bastante a atenção.

Entretanto, essas reflexões e esse momento não me tiraram o meu contentamento de estar na universidade, pois estava radiante de felicidade, e desde a primeira semana de aula com as apresentações de colegas de sala, aos poucos fui percebendo que muitas meninas eram do “interior” assim como eu, mas eu era a única que vinha da praia e com muito orgulho me apresentei e disse que vinha de um lugar que muitos não podiam imaginar, pois era muito doce e a sua maior bênção era o mar e finalizei dizendo que meu paraíso é a Praia de Ponta do Mel - comunidade/praias localizada no Município de Areia Branca-RN.

Passados os primeiros momentos na universidade, com o término do primeiro período, já começava a compreender as contribuições das disciplinas na minha formação. As aulas de Psicologia e de Introdução à Pedagogia além de me proporcionarem conhecimentos sobre os primórdios da educação e da

história da pedagogia me ensinaram a compreender e enxergar sempre com o olhar diferenciado, me levando a ter consciência de que todos têm conhecimento próprio.

Quis conhecer tudo que a universidade podia me oferecer, e cheguei a participar de um grupo de estudo. A participação nas discussões do grupo nos mostrou possibilidades e nos orientou a respeito das oportunidades e perspectivas de participar dos eventos e dos projetos de pesquisa.

Já no segundo período do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, tive o despertar para as políticas educacionais, em especial, quando se tratava do Projeto Político Pedagógico. Desde aí, me dediquei em buscar compreender e pesquisar sobre a temática e, a cada nova disciplina que tratava das políticas educacionais, mais me interessava por estas discussões.

A busca pelo conhecimento era intensa e as oportunidades que apareciam na universidade eu não deixava passar. Durante todo período participei de pesquisas e eventos. No primeiro período, participei do II Colóquio do Imaginário: novos desafios, novas epistemologias, evento de nível internacional, realizado pela UERN, no Instituto Kennedy.

No quinto período, tornei-me bolsista de uma pesquisa financiada pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Rio Grande do Norte - FAPERN, junto a professores como: Fátima Araújo, Magnólia Marinho, Márcia Bethânia e Sílvia Maria, as quais contribuíram bastante para minha formação e para o desenvolvimento de minha pesquisa, cuja temática versava sobre o Projeto Político Pedagógico. Diante da participação nessa pesquisa participei de alguns eventos acadêmicos com o objetivo da busca pelo conhecimento e para apresentar dados da pesquisa.

Assim, no III Seminário Nacional do Ensino Médio – SENACEM, realizado no município de Mossoró – RN, pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN foi apresentado o trabalho intitulado “Projeto Político Pedagógico: acompanhamento e avaliação”; já no ano de 2013, na 65ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Progresso da Ciência – SBPC, realizado em Recife – PE, pela Universidade Federal de Pernambuco, foi apresentado o trabalho intitulado de “A situação das escolas do sistema municipal de educação de Mossoró /RN após a implantação do Projeto Político Pedagógico”. Também

participei de outros eventos como VII Colóquio da Associação Francófona Internacional de Pesquisa Científica em Educação – AFIRSE/Secção Brasileira.

Durante o curso também fui bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID. Esse programa tem por objetivo elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica. A participação no PIBID foi muito relevante para meu processo de formação, pois o contato com a escola da educação básica e as atividades lá desenvolvidas por nós bolsistas, me fizeram ver a escola com outro olhar, me proporcionando, assim, vivenciar o ser professor.

Ao longo do curso de Pedagogia, foram muitos aprendizados. Costumo dizer que fiz um curso completo, pois as atividades extra-sala de aula contribuíram decisivamente para a minha formação. A participação em eventos e nos grupos de pesquisa, até mesmo nas conversas informais com professores, conheci um mundo pelo qual me apaixonei e tenho o maior prazer em dizer que sou pedagoga e, principalmente, que sou formada pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.

Concluída a graduação, participei da seleção do Mestrado no Programa de Pós Graduação em Educação – POSEDUC da UERN. A primeira etapa da seleção era a prova escrita, a qual me proporcionava muito medo, fato esse que me levou a dedicar-me meus dias e noites a estudar para a prova. No dia da prova, quando vi as questões propostas, senti orgulho de mim mesma, pelo fato de ter me dedicado tanto e naquele momento saber o que era necessário para responder a cada questão. Ao sair o resultado, fui aprovada na primeira etapa e a felicidade tomou conta de mim, mas sabia que ainda havia muito trabalho e desafios, e com o passar das etapas fui vencendo cada uma delas.

A minha escolha por um mestrado e o fato de ter conseguido a aprovação são decorrentes deste curso completo e, principalmente, pelos professores que me ensinaram suas maiores riquezas, como também o resultado das contribuições que as pesquisas ofertadas pela universidade proporcionaram-me uma formação de qualidade.

O mestrado me proporcionou grandes aprendizagens. As disciplinas ofertadas como Pesquisa em Educação, Educação e Cidadania e Seminário de

Pesquisa, foram de grande contribuição para o fortalecimento do meu debate e construção da minha dissertação.

O processo de qualificação foi um momento riquíssimo, as contribuições da banca foram essenciais para a continuidade da pesquisa. O mestrado também me proporcionou participar de eventos como o IV Seminário de Pós Graduação da UERN; esse seminário gerou a publicação da obra “Políticas Educacionais no Brasil: interface entre muitos ditos e feitos”, ISBN nº 978857621-148-8, na qual publiquei um capítulo com o texto “O projeto político pedagógico da escola: processo de elaboração, execução e avaliação de duas escolas do município de Areia Branca / RN”.

O estágio docente vivenciado durante o mestrado foi uma experiência muito positiva e marcante no meu processo de formação para o exercício da docência no ensino superior. Na oportunidade, realizei o estágio na disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino Básico, sob a supervisão da professora Francisca Iara da Silva Lima, uma docente que contribuiu bastante para que eu conseguisse êxito neste processo de formação.

O mestrado em educação foi fundamental para minha formação continuada. As experiências adquiridas contribuíram para me tornar mais reflexiva, como também mais cidadã e, por que não dizer, que me tornei mais esclarecida e autônoma.

1 INTRODUÇÃO

As discussões em torno das políticas educacionais, no Brasil, vêm ganhando cada dia mais espaço no setor acadêmico, principalmente, após as reformas educativas que vêm ocorrendo, desde a década de 1990. Tais reformas são realizadas tanto no Brasil quanto em muitos países, sob a justificativa da melhoria da qualidade da educação.

Portanto, a reforma educacional brasileira, iniciada nos anos de 1990, partiu da percepção de que a educação precisava adequar-se às mudanças econômicas e sociais que ocorriam na época, do mesmo modo que buscava e ainda busca a democratização da educação, ou seja, educação de qualidade para todos os cidadãos.

Diante disso, cabe destacar que o Brasil é um país que teve oito constituições, sendo a primeira Constituição outorgada no ano de 1824 e a atual promulgada em 1988.

Ainda sobre as constituições que marcam a história do nosso país, especificamente sobre a educação, vale destacar a Constituição de 1934 que trazia a ideia de Diretrizes Nacionais e preconizava a existência de um Plano Nacional da Educação. Já a Constituição de 1946, a que deu origem a Lei 4.024/61, primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sendo esta a primeira lei criada somente para regularizar o ensino, também foi responsável pela a criação do Conselho Federal de Educação – CFE.

Com a Constituição de 1988 - também conhecida como Constituição cidadã – definem-se as bases para redemocratização do país, estabelecendo igualdade de condições para acesso e permanência na escola e a democratização da educação e da gestão escolar. Após a promulgação desta Constituição em 1988, iniciam-se, no Congresso Nacional, os trabalhos e discussões para definir as diretrizes e bases da educação brasileira. Tais discussões resultaram na aprovação da Lei 9.394/96.

Diante dessas determinações legais acerca da proposta pedagógica da escola, podemos afirmar que as discussões sobre o Projeto Político Pedagógico teve um marco importante com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB de nº 9.394/96, que prevê no seu art. 12, que “os

estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as de seu sistema de ensino, terão a incumbência de: no inciso I, elaborar e executar sua proposta pedagógica” (BRASIL, 1996). Assim, a prescrição da lei define que compete à escola a responsabilidade de organizar seus objetivos e elaborar sua proposta educativa.

É relevante destacar que a Lei 10.172/2001¹ que vigorou até 2010, apresentava em sua meta nº 8 que “em três anos, todas as escolas, tenham formulado seus projetos pedagógicos, com observância das diretrizes curriculares para o ensino fundamental e dos Parâmetros Curriculares Nacionais” (BRASIL, 2001).

Já a Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024), na meta 19, estratégia 19.6 preconiza que se deve estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos(as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares (BRASIL, 2014).

Nessa direção, o Projeto Político Pedagógico, contemplado tanto na LDB quanto no Plano Nacional de Educação, vem se tornando uma discussão cada vez mais pertinente. A intensificação desse debate tem contribuído para uma vasta produção acadêmica acerca da importância do Projeto Político Pedagógico como instrumento de gestão político-administrativa.

Diante disto, o art. 15 da LDB preconiza que os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público. (BRASIL, 1996). Desse modo, a LDB já prevê sobre a autonomia, destacando-a em três aspectos: autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira.

É visível que o debate sobre autonomia tem se intensificado após a reforma educacional, em curso no Brasil desde os anos 1990. Com a implantação do Projeto Político Pedagógico, as escolas passaram a adotar posturas mais autônomas, no que se refere às questões pedagógicas e administrativas e de gestão financeira.

¹ Lei referente ao Plano Nacional de Educação (2001/2010)

Assim, relacionando os termos “Projeto Político Pedagógico” e “Autonomia” em pesquisa realizada no *site* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, foi possível perceber que a literatura produzida ao longo das últimas três décadas tem destacado a relevância do Projeto Político Pedagógico como instrumento de conquista da autonomia e gestão democrática, como também da participação dos segmentos escolares nos processos decisórios da escola.

Nesse sentido, Castro Neves (1998, p. 31), discutindo sobre Projeto Político Pedagógico, enfatiza o seguinte:

[...] projeto político pedagógico é a construção democrática. É quase óbvio falar sobre este aspecto. Um projeto, para ser assumido por todos como um compromisso simultaneamente pessoal e institucional, deve ser construído de forma participativa, solidária. O diretor, o coordenador pedagógico, ou quem quer que seja responsável pela condução do processo de construção do projeto deve facilitar a professores, famílias, Conselho Escolar, grêmio ou representantes de alunos, pessoal técnico administrativo e de apoio, comunidade, enfim, a todos os envolvidos com as escolas a participação no projeto.

Dessa maneira, o processo de implantação do Projeto Político Pedagógico torna-se mais democrático, no momento em que participam sujeitos dos diferentes segmentos da escola, havendo assim uma maior participação da comunidade escolar. É, pois, nesse momento que os sujeitos expõem sua autonomia para refletirem e planejarem metas a serem alcançadas no espaço escolar.

É relevante mencionar aqui a compreensão de autonomia a partir do pensamento de Castro Neves (2004, p. 97) que destaca:

A autonomia, como liberdade, é um valor inerente ao ser humano: o homem não nasceu para ser escravo ou tutelado, mas para ser livre, autônomo. Como ser social que é, no entanto, sua liberdade e a autonomia dos outros seres humanos, também livres e também autônomos. Por isso o conceito de liberdade é sempre lembrado numa perspectiva de sociedade: a liberdade de um indivíduo acaba quando começa a do outro.

Desse modo, a autora nos faz compreender que a autonomia se define de uma relação de intercâmbio social, na qual a autonomia não seria um valor total, ou limitado a si mesmo.

Ainda sobre o termo autonomia, Paulo Freire (2011, p. 105) na obra *Pedagogia da Autonomia*² destaca que “Ninguém é autônomo primeiro para depois decidir. A autonomia vai se constituindo na experiência de várias, inúmeras decisões, que vão sendo tomadas”.

Desse modo, as contribuições de Paulo Freire na obra citada proporcionam a compreensão do conceito de autonomia e possibilita a compreensão e a análise do Projeto Político Pedagógico e os demais dados coletados por meio das entrevistas realizadas com diversos sujeitos da escola.

O discurso sobre autonomia é bem pertinente no setor acadêmico. Um ponto de abordagem é a ligação da palavra “autonomia” à “escola”, o que nos remete ao termo “autonomia escolar”, o qual nos encaminha a várias discussões que percorrem as escolas e as universidades, e que nos leva a buscar compreender o que vem a ser essa autonomia, que conceito pode ser dado a esse termo, ou até mesmo será que esta autonomia é limitada? Essas são questões que merecem ser respondidas e compreendidas para que se possa iniciar um diálogo sobre autonomia escolar. Dessa forma, se espera que a resposta a estes questionamentos possa ser dada no decorrer da pesquisa.

Diante do exposto, cabe destacar que a presente pesquisa busca promover uma discussão qualificada referente à autonomia em uma escola pública municipal de Areia Branca, no Estado do Rio Grande do Norte/RN. O estudo realiza-se a partir da implantação do Projeto Político Pedagógico. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é analisar como a implementação do Projeto Político Pedagógico tem contribuído para a construção da autonomia em uma escola pública municipal de Areia Branca/RN.

É importante realçar que o despertar para este estudo tem a sua origem no Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – (UERN), o qual iniciei no ano de 2011 e conclui em 2015, e já no 2º período tive

² A obra *Pedagogia da Autonomia* faz uma apresentação das experiências e novos métodos, que valorizam a curiosidade dos educandos e educadores, no momento em que Paulo Freire faz um chamamento ao educadores/as para com a ética crítica. A primeira versão da obra foi lançada em 1997, pela editora Terra e Paz.

o primeiro contato com as discussões acerca do Projeto Político Pedagógico e com o próprio documento de uma determinada escola durante a atividade prática da disciplina Práticas Pedagógicas Programadas I.

A disciplina já citada tinha por objetivo proporcionar ao aluno o primeiro contato com a escola da educação básica. No desenvolvimento da atividade, os alunos foram divididos em grupos de quatro elementos. É necessário ressaltar que cada grupo deveria fazer uma visita à escola e passar um período de uma semana observando a prática dos pedagogos (professor, gestor e coordenador) e também da escola, de um modo geral. As discussões na disciplina nos orientou que deveríamos buscar conhecer o Projeto Político Pedagógico da escola.

Logo em seguida, no 3º período, a disciplina Estrutura Funcionamento da Educação Básica deu-me subsídios para entender mais sobre o tema, pois essa disciplina trouxe discussões sobre as LDBs que já tivemos em nosso país, como também as oito constituições brasileiras e os planos Nacional, Estadual e municipal de educação.

Nesse mesmo período, fui aprovada em um processo seletivo para participar, como bolsista, de um projeto de pesquisa, denominado: *A Implantação do Projeto Político Pedagógico nas Escolas do Sistema Municipal de Educação de Mossoró-RN: o que mudou na escola?* Financiado pela Fundação de Apoio a Pesquisa no Estado do Rio Grande do Norte – (FAPERN), essa pesquisa apresentava como objetivo: Identificar possíveis mudanças ocorridas na escola pública do Sistema Municipal de Educação da cidade de Mossoró, a partir da implantação do Projeto Político Pedagógico pós LDB e Plano Nacional de Educação – PNE, Lei 10.172/2001.

Durante o período no qual fui bolsista desse projeto, aprofundei meus conhecimentos sobre a temática, como também participei de eventos locais, estaduais, regionais, nacionais e internacionais, expondo dados da pesquisa. A participação no III Seminário Nacional do Ensino Médio – SENACEM, realizado no município de Mossoró – RN, pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN foi apresentado o trabalho intitulado *Projeto Político Pedagógico: Acompanhamento e Avaliação*. Já no ano de 2013, na 65ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Progresso da Ciência – SBPC, realizado em Recife – PE, pela Universidade Federal de Pernambuco, foi apresentado o trabalho intitulado *A situação das escolas do sistema municipal de educação de Mossoró*

/RN após a implantação do Projeto Político Pedagógico. Também houve a participação em outros eventos como VII Colóquio da Associação Francófona Internacional de Pesquisa Científica em Educação – AFIRSE/Secção Brasileira. Esses eventos também me oportunizaram conhecer e explorar mais o universo das políticas educacionais, mais especificamente, no que se refere ao Projeto Político Pedagógico.

O interesse pelas reflexões sobre esta política pública educacional foi reforçado com os estudos realizados no Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, intitulado *O Projeto Político Pedagógico como instrumento viabilizador da melhoria da qualidade do ensino e da conquista da autonomia escolar e da democratização da gestão*. Esse trabalho tinha como objetivo geral, investigar como se realiza o processo de elaboração, execução e de acompanhamento do Projeto Político Pedagógico – PPP de duas escolas do município de Areia Branca-RN. Dessa forma, é possível perceber o quanto o Projeto Político Pedagógico é um tema que muito me atrai e estudá-lo desde sua elaboração me proporciona satisfação e, principalmente, curiosidade em conhecer o PPP vivenciado nas escolas.

A participação no grupo de pesquisa do Grupo de Estudos e Pesquisas em Estado, Educação e Sociedade – GEPEES, da Faculdade de Educação, foi crucial para escolha da linha de pesquisa Políticas e Gestão da Educação do Programa de Pós Graduação em Educação – POSEDUC, e para aproximar-me das ideias de teóricos que discutem e analisam as políticas educacionais públicas, principalmente, no que se referem aos estudos do PPP, por meio de estudos de teóricos indicados pelos pesquisadores do grupo e pelas discussões realizadas no seu interior, como também a relevante contribuição dos demais pesquisadores do grupo.

A escolha pelo município de Areia Branca deve-se ao fato da estudante morar no município e perceber que este ainda é pouco contemplado com pesquisas acadêmicas, e por perceber que pesquisas desse nível e, principalmente, sobre essa temática poderão contribuir para a definição da política de Educação do Município, bem como, para a melhoria da educação municipal, apesar de ter escolhido apenas uma escola para realizar a esta pesquisa.

Deste modo, é importante discutir que a pergunta de partida é, por sua vez, a chave para que ocorra o sucesso da pesquisa. Esta induz a uma espécie de guia que orienta todo trabalho de análise dos dados. Assim, o problema perpassa por diversas reelaborações e (re)construções ao longo do percurso da pesquisa.

Diante do exposto, os fatores cruciais para escolha do questionamento central desta pesquisa. Como já foi citado, o interesse pela temática vem desde a graduação no curso de Pedagogia. No momento em que desenvolvi minha pesquisa em escolas³ do município de Areia Branca/RN, os resultados da pesquisa monográfica me proporcionaram a inquietação em compreender melhor as contribuições do Projeto Político Pedagógico para a autonomia escolar, o que me fez chegar ao seguinte questionamento: A implantação do Projeto Político Pedagógico tem contribuído para a construção da autonomia administrativa da escola pública no município de Areia Branca/RN?

Para respondermos tal pergunta elencamos como objetivos:

- Geral
 - Analisar se a implantação do Projeto Político Pedagógico tem contribuído para a construção da autonomia em uma escola pública municipal de Areia Branca/RN.
- Objetivos Específicos
 - Discutir o conceito de autonomia a partir do pensamento de Paulo Freire;
 - Identificar possíveis mudanças ocorridas em uma escola da rede municipal de Areia Branca/RN após a implantação do PPP no que se refere à autonomia.

1.3 LÓCUS DA PESQUISA

Neste tópico, faremos uma breve descrição do município de Areia Branca/RN, a partir de dados coletados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, como também do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente.

³ Cabe salientar que por motivos de percurso no desenvolvimento da pesquisa, não foi possível realizar a pesquisa nas mesmas escolas que foram desenvolvidas a pesquisa monográfica. Desse modo, a escolha da escola *lócus* da pesquisa justifica-se no desenvolvimento do texto.

Outras fontes informativas sobre o município são feitas por meio da vivência e conhecimento popular da estudante natural do mesmo município ao qual desenvolve esta pesquisa.

1.3.1 O município de Areia Branca: uma síntese descritiva

O município de Areia Branca está localizado no interior do estado do Rio Grande do Norte, situado na região da Costa Branca. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2013), “O litoral do Município já era conhecido dos navegantes desde os primórdios do descobrimento do continente americano. Porto Seguro afirma ter havido desembarque e consequente exploração do rio Apodi, em fins de 1499”. Ainda segundo o IBGE (2013), acredita-se que o primeiro morador a habitar o lugar foi Francisco Gomes da Silva, na época da guerra com o Paraguai (1864-1870), e que a povoação de Areia Branca teve início em 1870, quando João Francisco de Borja (conhecido como Juca Soares) se estabeleceu ali, e junto com Joaquim Nogueira da Costa (seu cunhado) exploraram a primeira salina (1878), no local denominado Serra Vermelha.

Sobre o processo de habitação do município, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente - IDEMA (2016) apresenta dados que apontam para o fato de que o primeiro a construir casa de tijolo nas Areias Brancas foi Gorgônio Ferreira de Carvalho, no ano de 1867. Com o passar do tempo, mais provavelmente, no ano de 1873, foi construída a primeira escola.

Nesse período, Areias Brancas era um distrito de Mossoró, mas em 1872 passou a ter a denominação de Areia Branca. No ano de 1892, através do Decreto Estadual nº 10, de 16 de fevereiro, Areia Branca foi desmembrado de Mossoró e elevado à condição de município.

Areia Branca encontra-se na foz dos rios Mossoró, Apodi-Mossoró e Ivipanin, os quais se intercedem nos extremos da cidade e, juntamente ao Oceano Atlântico, circundam-na. Portanto, Areia Branca caracteriza-se como uma ilha. O município encontra-se a 330 km de Natal, capital do Rio Grande do Norte.

Segundo dados do IBGE (2016), o município de Areia Branca tem 27.176 habitantes. Areia Branca também é lembrada pela sua massiva produção de sal, a qual lhe rendeu o título de "Terra do Sal"..⁴

Sobre o município de Areia Branca cabe destacar que as atividades econômicas giram em torno do sal, pesca, petróleo, e energia eólica, gerando renda e emprego para o município.

Ainda sobre fontes de renda, é importante ressaltar que sal é o produto que tem ligação às origens do município, sendo, sumariamente, relevante para a economia do município. É importante salientar que o sal é vendido, tanto internamente, em várias cidades do Estado do Rio Grande do Norte e da Região Nordeste, quanto externamente, a países como: Argentina, Chile, Estados Unidos, Bélgica, Venezuela e Nigéria.

A pesca também está intrinsecamente ligada às origens dessa cidade. É uma atividade cuja expansão é frequente, e também é uma das principais formas de geração de emprego. Dentre os principais pescados de Areia Branca destacamos o atum, a lagosta e o camarão.

O município de Areia Branca está entre os maiores produtores de petróleo em terra e esteve por muito tempo entre os primeiros colocados do estado em arrecadação de royalties.

Por fim, energia eólica, que nos últimos três anos vem sendo produzida no município, passou a ser uma grande geradora de emprego não apenas para os areiabranquenses, mas para muitas pessoas que vêm, até de outros estados a procura de emprego.

Sobre a educação no município cabe destacar os dados apresentados no ano de 2015 pelo IBGE (2016), os quais estão apresentados em tabelas para melhor caracterizar os números.

⁴ Esse título é atribuído à cidade por esta ser uma grande produtora de sal, contemplada com 5 salinas.

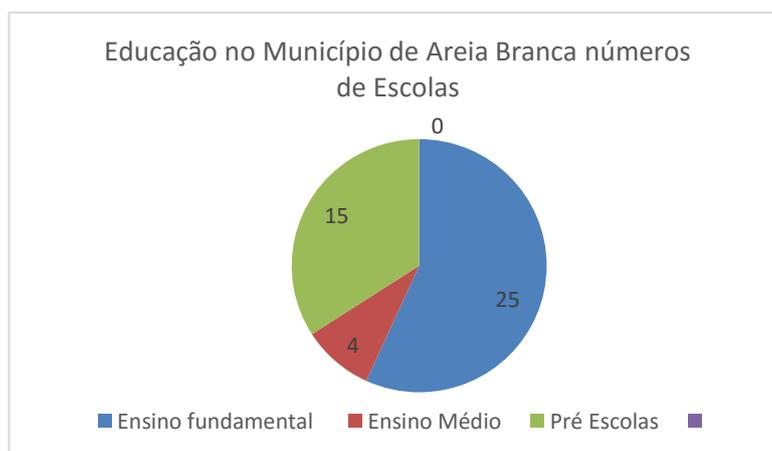


Gráfico 01- Números de escolas no município.
Fonte: Elaborada pelo autor

As escolas de nível fundamental no total de 25, equivale a 57% da quantidade total de escolas no município, sendo estas 2 escolas da rede privada de ensino, 18 do sistema municipal e 5 são escolas estaduais.

Já as escolas de ensino médio, no total de 4, equivalem a 9% da quantidade total de escolas do município, estando entre estas 1 da rede privada de ensino e 3 da rede estadual.

As de pré-escolas, no total de 15, equivalem a 34% da quantidade total de escolas do município, sendo estas, 2 escolas da rede privada de ensino e 13 do sistema municipal.

Diante dos dados apresentados, podemos observar que o município de Areia Banca é contemplado como um total de 42 escolas. Sobre a quantidade de alunos matriculados também é relevante destacar, assim como anteriormente com escolas, utilizaremos gráficos para apresentar os números de matrículas.

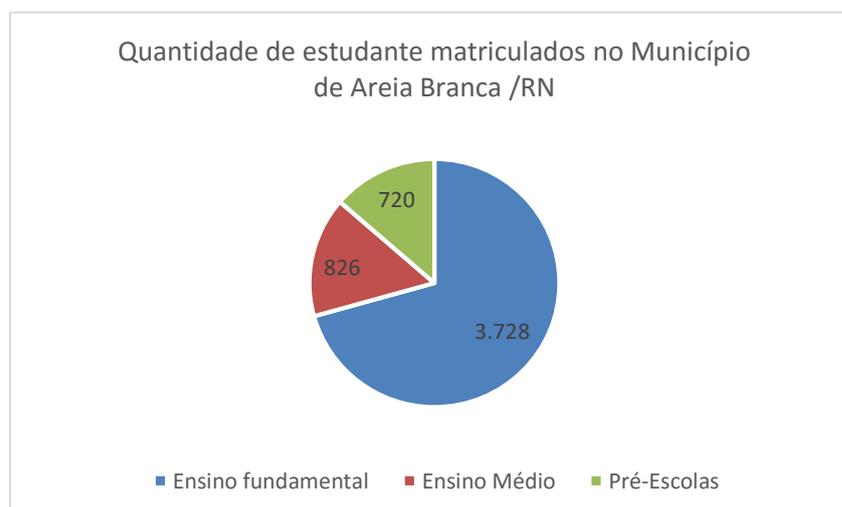


Gráfico 02- Quantidade de estudantes matriculados.
Fonte: Elaborada pela autora

O número de matrículas nas escolas de nível fundamental, no total de 3.728, equivale a 71% da quantidade total de estudantes matriculados no município, sendo que 729 estudantes estão matriculados em escolas da rede privada de ensino, 788 estão matriculados nas escolas da rede estadual e 2.211 nas escolas do sistema municipal de educação.

Já o número de matrículas nas escolas de ensino médio, no total de 826 estudantes matriculados, equivale a 16% da quantidade total de estudantes matriculados do município, sendo que 101 matrículas são da rede privada de ensino e 725 estudantes matriculados são da rede estadual.

As matrículas de estudantes na pré-escola, no total de 720, equivale a 14% da quantidade total de estudantes matriculados nas escolas do município, sendo, 150 estudantes matriculados nas escolas da rede privada de ensino e 570 matriculados no sistema municipal de educação.

Pelos dados apresentados, podemos observar que o município de Areia Banca, ao todo, é contemplado com um total de 42 escolas, atendendo aos 5.274 estudantes matriculados.

Diante dos dados apresentados é importante destacar que no ano de 2015 o Estado do Rio Grande do Norte obteve um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB de 4.8, superior às metas projetadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira que era de 4.4. Esse dado é referente às turmas de 4º e 5º ano do ensino fundamental da rede pública (Federal, Estadual e Municipal). Já o município de Areia Branca-RN, assim como o Estado do RN, obteve o IDEB de 4.8, cuja meta projetada para o município era de 4.4, considerando que no ano de 2013 a meta projetada para o município de Areia Branca era de 4.2 e o município obteve 4.1. O resultado de 2015 é visto como satisfatório, mas no *ranking* nacional apresentado pelo Índice de Oportunidade da Educação Brasileira – IOEB o município apresenta uma média de 3.5, ocupando a posição 4496º. Cabe destacar que a quantidade total de municípios não é divulgada no *site* do IOEB.

É importante salientar que no município de Areia Branca a escolha de gestores escolares é realizada por meio de indicação política, desde que

preencha o requisito necessário para o cargo que é a licenciatura, principalmente, em Pedagogia.

Por meio de ato do poder executivo, foi sancionada a lei municipal de nº 1.272/2015, que aprova o Plano Municipal de Educação – PME do município de Areia Branca /RN, com metas e estratégias para os próximos dez anos, a partir de 2015, ou seja, o Plano terá vigência no decênio 2015/2025.

1.3.2 Justificativa da opção pela escola *lócus* da pesquisa

A escola escolhida para ser o *lócus* da pesquisa, aconteceu depois de muita reflexão. Em primeira opção se pensou em escolher a escola que tivesse a maior nota no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB; outra possibilidade de opção foi pela escola que tivesse o maior número de alunos, mas estas se distanciaram quando algo inesperado aconteceu e mudou o rumo desta escolha.

A escolha da escola justifica-se por perceber diante de conversas informais com pais de alunos que afirmam ser uma escola de qualidade, com professores que se dedicam ao extremo para ver a aprendizagem dos alunos, como também se destaca pela boa infraestrutura e funcionamento do prédio. Outro fator relevante é a gestão escolar ser considerada eficiente e buscar fazer da escola uma referência. Pais de ex-alunos também relatam que a escola é uma das melhores situada na cidade, e que também foram ex-alunos e por este motivo matricularam seus filhos na escola.

Diante dessas conversas exploratórias no momento em que essa discussão surge em uma conversa informal e do fato das mães terem comentado sobre a satisfação dos seus filhos estudarem nesta escola, me proporcionou inquietações sobre como é o cotidiano desta escola, e as contribuições que ela poderá apresentar a esta pesquisa.

Esta decisão só ficou mais firme após uma visita à Secretaria de Educação do município de Areia Branca, quando na oportunidade, em conversa com o secretário de Educação, este também fez a indicação da mesma escola para pesquisa, relatando que a escola desenvolve um trabalho muito bom e dedica-se a manter o padrão de qualidade e também está superando seus índices de satisfação. Dessa forma, a escolha pela escola *lócus* de pesquisa se

concretizou considerando todas as informações e pontos positivos obtidos junto à comunidade, acerca da instituição.

A escola obteve notas no IDEB, para 4ª e 5ª séries, superiores as notas projetadas para os anos de 2013 e 2015, no ano de 2013 a meta projetada era de 3.7, já alcançada foi 4.3, do mesmo modo, que no ano de 2015 a meta projetada era de 4.0 e a alcançada foi de 4.3, o que é considerado um bom resultado sendo que esta meta de 4.3 era projetada apenas para o ano de 2017.

1.3.3 Conhecendo o *lócus* da pesquisa

A primeira visita à escola foi realizada no ano de 2016, quando na oportunidade, fui recebida pelo gestor em exercício, naquele período,⁵ que apresentou o quadro de funcionários e a estrutura física da escola, como também apresentou o Projeto Político Pedagógico da escola. Na oportunidade, conversamos sobre a pesquisa e apresentamos os objetivos que nos encaminharam até a escola. Nesse mesmo momento, foi solicitada a permissão para realização da pesquisa. Após esse momento, outras visitas foram feitas à escola em turnos diferentes. No decorrer do percurso da pesquisa houve a mudança de gestão, no ano de 2017, mas a pesquisa continuou e as entrevistas foram realizadas neste mesmo ano.

Diante disso, após várias visitas à escola, é possível apresentá-la da seguinte forma: a Escola Municipal Academia do Saber⁶, localiza-se na zona urbana, pertence à rede Municipal de Educação de Areia Branca/RN, foi fundada no ano de 1971, oferta ensino fundamental (9 anos) além da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), anos iniciais e finais. A escola funciona em três turnos e atende aproximadamente trezentos alunos. Os discentes, em sua maioria, são oriundos de classes populares e de baixa renda, algumas famílias se constituem de forma desestruturada, o que impossibilita o acompanhamento do processo educativo dos filhos.

⁵ Em 1º de janeiro de 2017 ocorreu mudança no quadro da administração municipal, inclusive com os diretores das escolas do Sistema Municipal de Ensino. Assim, a visita foi realizada no momento em que atuava o gestor em exercício no ano de 2016; já no ano de 2017 houve a mudança de gestão na escola.

⁶ A escola assim como os colaboradores da pesquisa receberam nomes fictícios para preservar a identidade da escola e dos colaboradores.

É relevante destacar que quando se referem a famílias desestruturadas, nos posicionamos de acordo com o pensamento Jessé de Souza (2009), quando coloca que uma família organizada (ou estruturada) não é necessariamente aquela em que exista a figura biológica do pai e da mãe, mas sim aquela em que as funções sociais dos pais sejam exercidas, servindo para qualquer pessoa que exerça a função de amar, proteger e garantir um ambiente seguro. Desse modo, considerou-se uma família desestruturada aquela que não segue os padrões levantados pelo autor.

Continuando sobre a caracterização da organização curricular e espaço físico da escola *lócus* dessa pesquisa, as informações apresentadas partem da observação realizada na escola e dos dados relatados no Projeto Político Pedagógico da escola, este disponibilizado pela gestão.

A Escola Municipal Academia do Saber tem sua organização curricular distribuída nos seguintes ciclos: Ciclo básico de Alfabetização de 1º ao 3º ano; Ciclo de aprofundamento de 4º ao 5º ano e Educação de Jovens e Adultos.

A estrutura física da escola é composta por: 6 salas de aula, cozinha, sala da direção, dispensa, pátio coberto, laboratório de informática, sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE). A escola conta com em média de 59 funcionários que atendem nos três turnos de funcionamento.

Em sua situação financeira, a escola é contemplada com os seguintes programas: o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, Programa de Desenvolvimento da educação - PDE, Sala de Recursos Multifuncionais – PDDE ACESSIBILIDADE.

1.4 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é uma ciranda que se inicia com questionamentos que aos poucos vão sendo “peneirados” e cada vez mais aperfeiçoados, sendo a pesquisa uma procura, uma dúvida que busca por alguma resposta. Assim, a pesquisa se configura de várias formas e metodologias; não há uma receita pronta para se fazer a pesquisa, pois ela vai se configurando de acordo com o “ir e vir” do pesquisador. Como já citado, pode não haver uma receita pronta para se fazer uma pesquisa, mas há métodos que são apresentados e colaboram

para que o pesquisador trilhe seu caminho nessa ciranda que vai se detalhando. Conforme Ludke e André (1986, p.1-2),

Para se realizar uma pesquisa é preciso promover um confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e conhecimento teórico acumulado a respeito dele. Em geral, isso se faz a partir do estudo de um problema, que ao mesmo tempo, desperta o interesse do pesquisador e limita suas atividades de pesquisa, a uma determinada porção do saber, a qual ele se compromete a construir naquele momento. Trata-se assim de uma ocasião privilegiada, reunindo o pensamento e a ação, de uma pessoa ou de um grupo, no esforço de elaborar o conhecimento de aspectos da realidade que deverão servir para a composição de soluções propostas aos seus problemas.

Diante do exposto, a pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa permite ao pesquisador uma aproximação do seu objeto de estudo, facilitando o contato com o *lócus* da pesquisa e, principalmente, dos sujeitos colaboradores. Segundo Minayo (1996, p. 21-22), uma pesquisa de abordagem qualitativa é aquela que pode tornar possível a valorização de um “universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalizações de variáveis”. Dessa forma, a pesquisa qualitativa preocupa-se com aspectos da realidade e com relações sociais.

Ainda sobre a pesquisa qualitativa, Richardson (2008) afirma que esse tipo de pesquisa se centra na compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos sujeitos. As convicções subjetivas são fundamentais para o conhecimento teórico do investigador. Sabe-se, pois, que esse tipo de pesquisa é imprescindível, uma vez que será trabalhada de acordo com as falas dos entrevistados.

Para a aproximação e caracterização dos sujeitos colaboradores da pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, na oportunidade foram entrevistados: 1 professora, 1 supervisora, 1 diretora.

Diante disto, é relevante destacar que a entrevista semiestruturada contribui para a compreensão da realidade declarada pelos sujeitos

colaboradores, pois Demo (1995) define a entrevista semiestruturada como atividade científica que permite ao pesquisador descobrir a realidade.

Sobre a entrevista, Gil (2008, p. 121) explica que “[...] desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanece invariável para todos os entrevistados, que geralmente são em grande número”.

As entrevistas foram estruturadas na perspectiva de reconhecer os pontos de vistas de cada entrevistada para comparar, confrontar e estabelecer relações entre eles acerca das questões apresentadas. Nesse sentido, ao refletir sobre as respostas, buscamos levantar o debate de que o projeto pedagógico dever propor uma educação libertadora e não opressora, portanto que liberta os oprimidos e conscientiza os opressores.

Dessa forma, é relevante destacar que esta pesquisa adota algumas técnicas do estudo de caso. Desse modo, de acordo com Yin (2005), estudo de caso é uma investigação empírica, um método que abrange tudo – planejamento, técnicas de coleta de dados e análise dos mesmos. Assim, um estudo de caso se configura como:

[...] um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador (FONSECA, 2002, p. 33).

O estudo de caso se faz necessário nesta pesquisa com a justificativa da sua importância para a coleta de dados e informações necessárias à compreensão da realidade local, buscando atender ao objetivo desta pesquisa.

Ainda para a coleta de dados foi realizado levantamento bibliográfico no banco de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, no intuito de compreender como anda a produção acadêmica da região Nordeste, realizada nas últimas décadas com relação à

discussão sobre o Projeto Político Pedagógico e a Autonomia. Desta feita, a pesquisa na CAPES foi realizada por meio de uma busca por palavras-chave, sendo estas: “Projeto Político Pedagógico” e “Autonomia”. Diante da busca realizada, foi feito um recorte temporal em 2001/2013. Antes da construção desse recorte temporal, os resultados no *site* da CAPES apresentaram uma extensão magnífica de resultados com muitas pesquisas realizadas antes do século XXI, ou seja, antes do período de 2001 até esta data, o que também nos revela que após a implementação da LDB 9.394/96 as pesquisas com essa temática ganharam uma intensidade no setor acadêmico, o que nos faz perceber que a discussão relacionada à autonomia escolar, na década de 1990, é um marco das políticas educacionais.

Durante a permanência na escola, foi realizado um levantamento documental com a finalidade de identificar a participação dos diversos segmentos nos processos decisórios da escola.

Analisou-se as atas de reuniões do Conselho Escolar, na busca de perceber se o conselho foi instituído após a implantação do Projeto Político Pedagógico, investigar como se deu a composição desse conselho escolar e identificar decisões e ações que possibilitem a autonomia da escola. Analisou-se também o Projeto Político Pedagógico da escola *lócus* da pesquisa com o objetivo de compreender a autonomia presente no documento.

Considerando que para se conquistar a autonomia é necessária a existência de práticas democráticas, buscamos identificar decisões e ações que possibilitem a democratização dos processos na escola. Para isso, questionamos os entrevistados e analisamos os documentos a partir de quatro pontos que consideramos importantes para se construir um processo de autonomia na escola: sobre a participação dos sujeitos nos momentos decisórios da escola e o estabelecimento do diálogo; sobre o planejamento das atividades e o estabelecimento do diálogo entre as equipes técnico-administrativa e pedagógica; a visão dos entrevistados sobre a autonomia escolar e sobre as contribuições Projeto Político Pedagógico para a conquista da autonomia na escola.

1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação está estruturada em (4) capítulos. O primeiro constitui-se de uma introdução denominada: “Construção de um itinerário” este aborda os assuntos estruturais da dissertação, a saber: a pergunta de partida; os objetivos, os procedimentos metodológicos; o *lócus* da pesquisa e a estrutura da dissertação.

No segundo capítulo denominado: “O conceito de autonomia à luz de Paulo Freire” realizou-se uma discussão preliminar sobre o conceito de autonomia diante das contribuições do pensamento freiriano, como também é feito uma aproximação do pensamento do autor com autonomia que pode ser encontrada no Projeto Político Pedagógico com base em autores que discutem a temática.

O terceiro capítulo é denominado: “O projeto Político Pedagógico e a autonomia da escola pública: uma discussão sobre os estudos realizados”. Nesse capítulo apresenta-se os resultados de uma busca no *site* de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES acerca dos estudos já realizados na região Nordeste do Brasil sobre a temática Projeto Político Pedagógico e Autonomia, como também apresenta uma breve discussão sobre o conceito de Projeto Político Pedagógico.

Já o quarto capítulo apresenta os resultados da investigação, no momento em que são destacadas as vozes dos sujeitos colaboradores da pesquisa e a análise.

Por fim, as considerações finais, que tecem comentários sobre os achados da pesquisa.

2 DISCUTINDO O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA

A busca por conceitos pode ser inacabável, haverá sempre novos questionamentos. O melhor ponto de partida para o saber é a busca pelo conhecimento, desse modo, a busca que travamos neste momento é conhecer o conceito de autonomia. Assim, este capítulo procurou apresentar o conceito de autonomia por meio de apontamentos à luz do pensamento de Paulo Freire em contribuição com outros autores. É relevante destacar que este conceito irá nos proporcionar a compreensão do termo para melhor responder a pergunta de partida desta pesquisa

Cabe salientar que a escolha por este teórico deve-se ao fato de que seu pensamento mantém-se atual e esclarecedor diante das transformações que a sociedade atual vem passando.

Dessa maneira, este capítulo está estruturado em dois tópicos, sendo que o primeiro faz uma breve descrição de Paulo Freire e um pouco de sua trajetória. Já o segundo vem apresentar o conceito de autonomia presente nas discussões de Paulo Freire e, principalmente, nos destaques de suas obras.

2.1 SOBRE PAULO FREIRE

Ainda que nosso foco seja conceituar a autonomia, a partir do pensamento de Paulo Freire, entendemos aqui a necessidade de apresentar nem que seja de forma breve a descrição da vida do autor.

Paulo Reglus Neves Freire, considerado um dos maiores teóricos brasileiro, nasceu em Recife, Pernambuco. Formou-se em Direito na Faculdade de Direito do Recife. Sua preocupação era com o grande número de adultos analfabetos, o que o levou a busca de ensinar os mais pobres, criando para isso um método baseado no vocabulário de cada região.

Paulo Freire tornou-se um grande exemplo para muitos professores, tornando-se conhecido em todo Brasil e na América latina. Por meados de 1963, na cidade de Angicos/RN, Paulo freire realizou um projeto muito bem sucedido de alfabetização de adultos. Esse projeto ficou conhecido com método de alfabetização de adultos (40 horas em Angicos). Sobre este projeto é relevante

destacar a descrição apresentada por Germano (1997, p.389) ao descrever o objetivo do projeto:

Fazer com que os participantes aprendessem a ler e a escrever e, ainda por cima, viessem a se politizar em 40 horas constituíram os objetivos fundamentais da experiência. Isso despertou enorme curiosidade, motivo pelo qual o trabalho de Freire e dos estudantes do Rio Grande do Norte correu o mundo. Em Angicos estiveram presentes observadores, especialistas em educação e jornalistas não somente dos principais meios de comunicação do Brasil, como do exterior.

Essa experiência fez com que o autor ganhasse o título de criador de uma proposta de alfabetização, denominada “método Paulo Freire”. O método é muito mais do que aprender a ler; o método também proporciona uma leitura de mundo, pois esse estimula a inclusão do adulto no seu contexto social.

Com o golpe militar ocorrido no Brasil, em 1964, Paulo Freire foi preso e exilado na Bolívia e no Chile. O período em que ele ficou exilado não fez com que ele parasse, pelo contrário, prosseguiu sua carreira promissora por onde passou. Nesse mesmo período, passou por vários países e deixando uma contribuição em cada um deles. Depois publica no Brasil uma obra que gerou um grande impacto “Educação com Prática da Liberdade” e, em seguida “Pedagogia do oprimido”.

O retorno de Paulo Freire ao Brasil aconteceu por meados dos anos de 1980, e desde sua volta passou a desenvolver suas atividades na UNICAMP onde foi convidado a lecionar na faculdade de Educação, em seguida passou a participar da pós-graduação da PUC/SP. Na luta pela educação, Paulo Freire vivenciou muitas coisas, participou de alguns movimentos e seu legado ficou marcado não só no Brasil como no mundo. No ano de 1997, Paulo Freire chegou a falecer.

2.2 COMPREENDENDO A AUTONOMIA E ESTABELECIDO RELAÇÃO COM O PROJETO PEDAGÓGICO DA ESCOLA

A princípio é relevante apresentar que de acordo com Dicionário Aurélio (2016), “autonomia” é compreendida por “faculdade que conserva um país conquistado de se administrar por suas próprias leis. 2 - Liberdade moral ou

intelectual. 3 - Independência administrativa.” Já em outra versão revisada do mesmo dicionário, “autonomia” é entendida como “o direito ou faculdade de se reger por leis próprias; emancipação; independência” o que leva à ideia de liberdade para agir.

Sabendo que a autonomia é uma temática que muito se discute, quando se trata de políticas públicas e estando ela prescrita nas leis que regem a educação brasileira desde a constituição de 1988 até os projetos pedagógicos escolares, é importante esclarecer de qual autonomia estamos tratando.

A discussão sobre autonomia ganhou ainda mais centralidade dos pensadores diante a discussão lançada por Paulo Freire, a partir de seu pensamento sócio-político-pedagógico. Na leitura de seus escritos Paulo Freire não nos apresenta textualmente um conceito fechado de autonomia, o autor destaca uma trajetória que o educador percorre junto com o educando, essa é a estratégia que ele utiliza.

Em sua obra “Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa” que teve sua primeira edição lançada no ano de 1996, muitos dos leitores da obra já começam a leitura buscando entender o que é autonomia, mas não encontra o conceito fechado, pois o autor lança nesta obra vários conceitos que são necessários para se compreender o conceito de autonomia. Os saberes citados pelo autor e a forma como este fala da relação educador e educando é o percurso que possibilita a compreensão do que é autonomia.

Na obra citada acima, Freire destaca que o educador que trabalha com crianças deve “estar atento à difícil passagem ou caminhada da heteronomia para a autonomia” (FREIRE, 2011, p. 69). Sendo, pois, a heteronomia uma condição de opressão a qual um indivíduo ou um grupo se encontra, a autonomia, pelo contrário, é vista em seu pensamento como prática libertadora.

O autor ainda destaca que o papel do educador no caminho da heteronomia para a autonomia é “testemunhar o direito de comparar, de escolher, de romper, de decidir e estimular a assunção deste direito por parte dos educandos” (FREIRE, 2011, p. 69).

A autonomia não ocorre de um dia para outro, “ninguém é autônomo primeiro para depois decidir. A autonomia vai se constituindo na experiência de várias, inúmeras decisões que vão sendo tomadas. (FREIRE, 2011, p.105).

Para Adorno (2006), o sujeito autônomo é aquele que tem capacidade de refletir sobre o produzido, da mesma forma que consegue se opor à adaptação imposta pela sociedade, portanto, o sujeito torna-se autônomo no momento em que adquire experiência.

O conceito de autonomia refere-se à habilidade de o sujeito agir sobre si mesmo, ou seja, o sujeito é capaz de tomar decisões, ser consciente e crítico, como também ser sujeito reflexivo, passando a ser responsável por seus próprios atos e ações. Assim, a autonomia para Paulo Freire é definida em três termos centrais: conscientização; esclarecimento e liberdade.

É perceptível na obra que o autor faz na relação educador e educando, todos devem ser respeitados diante de sua autonomia, pois estes precisam de estímulos para chegar ao conhecimento, o que lhes leva a autorreflexão, que se caracteriza pela autonomia do sujeito.

Na afirmação feita pelo autor quando retrata que a autonomia se constrói por meio de experiências e da autorreflexão, cabe aqui fazer a relação com o processo de avaliação do Projeto Político Pedagógico, pois esta avaliação também se baseia nas experiências que deram certo e as que não deram certo, as metas que foram possíveis alcançar e que somam como experiências positivas e as metas que não foram possíveis alcançar.

Em sua obra “Educação como prática da liberdade” Freire (2000) expõe a proposta de educação libertadora. São as reflexões apresentadas pelo autor no decorrer de suas experiências com a alfabetização de agricultores na cidade de Angicos – RN, por meados de 1963. Sobre essa experiência, cabe salientar que:

As “40 horas de Angicos”, experiência de alfabetização com jovens e adultos no sertão nordestino, é atualmente uma das mais revisitadas por estudiosos, pesquisadores e educadores vinculados às concepções democratizantes e emancipatórias de educação. Nunca em tão pouco tempo se vivenciou/criou/reinventou uma proposta de alfabetização que reunisse desejo político, vontade pedagógica e realidade objetiva e subjetiva com um grupo de pessoas que até então não disponibilizava desse recurso tecnológico da sociedade letrada – os sistemas alfabéticos. Essa experiência, embora ocorrida em um curto período de tempo, esteve, desde seu princípio, carregada de muitas significações, e se intensificou em outros espaços/lugares, para além da pacata cidade nordestina de Angicos. Sua importância política e epistemológica ganha contornos de uma filosofia da educação genuinamente brasileira, com o conjunto da obra de seu idealizador, o

pernambucano Paulo Freire (1921-1997). (SAMPAIO e SILVA, 2015, p. 927).

A experiência da educação libertadora é uma das que marcaram a trajetória de Paulo Freire e fica conhecida como. Representa, assim, o grande marco na história do autor, pois é seu método de alfabetização de jovens e adultos, realizado no ano de 1963, que ficou conhecido mundialmente como experiência em Angicos/RN. Esse método tem como fio condutor a alfabetização de jovens e adultos visando à libertação.

Nesse período o Brasil passava por uma fase de grandes mudanças, pois vivenciava o modelo de desenvolvimento de Juscelino Kubitschek, que tinha por slogan “Cinquenta anos em cinco”. Já o Nordeste é visto como a maior região de concentração de pobreza e desequilíbrio social. Havia na região um alto número de trabalhadores rurais em situação de exclusão da participação social pela condição de analfabetos.

Desse modo, a experiência tinha por objetivo alfabetizar cerca de 300 trabalhadores rurais, e isso foi concretizado em 40 horas. Durante a experiência, as salas de aulas eram transformadas em círculos de debates que eram chamados de Círculos de Cultura.

A metodologia utilizada era a seguinte: por meio da apresentação de slides (fichas) com imagens do cotidiano dos trabalhadores/alunos, cuja proposta era discutir sobre a imagem, fazendo com que eles aproximassem de suas vidas e construíssem a partir daquela imagem sua história. Também eram apresentadas palavras ligadas ao cotidiano dos alunos, que por meio desta era realizado o estudo silábico. Dessa forma, o trabalhador/aluno além de aprender as sílabas também fazia a reflexão de sua vida por meio dessa metodologia de ensino.

“Um dos axiomas do Método em questão é que não existe educação neutra. A educação vista como construção e reconstrução contínua de significados de uma dada realidade prevê a ação do homem sobre essa realidade” (FEITOSA, 1999, p. 44).

No período de realização da experiência em Angicos de alfabetização de Jovens e Adultos, essa metodologia utilizada era inovadora e diferenciada, pois não havia sido realizada até então. O ponto diferencial desta experiência era que

tinha o objetivo de uma formação libertadora, que proporciona ao trabalhador/aluno o conhecimento dos códigos e da consciência crítica, e da compreensão da sociedade a qual está inserido, tornando-se cidadãos políticos e por que não dizer, sujeitos autônomos.

Para Paulo Freire, a educação deve ter caráter libertador e não domesticador. Desse modo, a educação seria uma práxis educativa, sendo capaz de libertar o sujeito da opressão da sociedade a qual o sujeito está inserido, e é por meio da libertação desta opressão que o sujeito tem consciência e torna-se capaz de refletir e criticar ações.

Na obra “Educação como prática da liberdade”, Paulo Freire (2000) afirma que o ser humano não deve ser acomodado, mas, deve integrar-se ao seu contexto, ele cita como termo o “desenraizamento do homem”, pois segundo o autor na discussão proposta o homem vive enraizado no contexto, ele está no tempo, mas não faz parte do tempo, por isso que ele propõe o desenraizamento do homem, para que ele possa fazer parte deste tempo, deste contexto. Assim a integração do homem ao seu contexto segundo Paulo Freire (2000, p. 50) “se aperfeiçoa na medida em que a consciência se torna crítica.” Ou seja, no momento em que a consciência do homem torna-se crítica esta passa a recriar seu pensamento e posicionamentos, passando a adquirir uma decisão crítica o que nos leva a denominá-la autônoma.

Sobre a obra freiriana “Educação como prática da liberdade” e “Pedagogia do oprimido”, Scocuglia (1999) faz a seguinte observação:

Esses escritos marcam o início da vasta bibliografia de Freire, trazendo suas preocupações e propostas metodológicas para a alfabetização de adultos e tentando formular as primeiras matrizes de uma "pedagogia da resistência" aos processos de opressão, desenvolvidos em larga escala por toda a América Latina nos anos sessenta (SCOCUGLIA, 1999, p. 25).

O autor destaca que a educação tem caráter libertador. Esse caráter libertador que a educação proporciona e principalmente essa capacidade de refletir e criticar ações são fatores fundamentais que os sujeitos precisam apresentar, principalmente, aqueles que estão envolvidos na elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico, pois estes participam ativamente dos processos.

Segundo a LDB 9.394/96 em seu artigo 14:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Assim, para que esses sujeitos possam agir de forma democrática e autônoma eles precisam exercitar a liberdade e mobilizar competências para a autorreflexão e a crítica que contribuam para decisões autônomas e democráticas.

Na leitura da obra *Pedagogia da Esperança* (2011), o autor apresenta um retorno à *Pedagogia do oprimido*, abrindo espaço para destacar a educação de forma democrática que possibilite ao sujeito a libertação da linguagem, não a linguagem autoritária dos educadores como diz Paulo Freire, mas que se encha de palavras o silêncio. Esse termo ele utiliza ao lembrar das experiências vividas na educação dos jovens e adultos, pois destaca a lembrança apresentada na obra de quando os camponeses quebravam a “cultura do silêncio” durante o processo de educação. Segundo o autor, “os camponeses descobriam não só que podiam falar, mas também o discurso crítico sobre o mundo, sobre seu mundo era forma de refazê-lo” (FREIRE, 2011, p. 56).

Essa nova forma de os camponeses verem o mundo apresentada pelo autor é, pois, a libertação destes sujeitos por meio da educação, mais um processo de descoberta da autonomia.

A leitura das obras de Paulo Freire nos faz percorrer um caminho que este autor destina aos educadores. Suas obras apresentam alguns exemplos que destacam a autonomia do professor em sala de aula, como também o respeito à autonomia do outro, outro este que ele apresenta na relação professor aluno. Essa afirmação fica bem nítida na obra *Pedagogia da autonomia* aqui já citada:

Ninguém é sujeito da autonomia de ninguém. Por outro lado, ninguém amadurece de repente, aos vinte e cinco anos. A gente vai amadurecendo todo dia, ou não. A autonomia enquanto amadurecimento do *ser para si*, é processo, é *vir a ser*. Não ocorre em data marcada. É nesse sentido que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências

estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer em experiências respeitadas da liberdade (FREIRE, 2011, p. 105).

A conscientização é um termo que é utilizado por Paulo Freire, em sua obra *Pedagogia do Oprimido* (2016). Nessa obra, o autor ressaltar uma superação da realidade a partir da conscientização dos oprimidos para a libertação dos opressores, significando, pois, a conscientização, a compreensão da realidade, da ação e reflexão dos oprimidos.

Dessa forma, compreende-se que a emancipação do sujeito ocorre por meio da ação de humanização entre o oprimido e o opressor, ou seja, para Freire, o processo de emancipação começa quando o oprimido busca tornar-se esclarecido. Ao mesmo tempo defende a ideia que o sujeito denominado oprimido, após esclarecer-se não deve tornar-se opressor de seus próprios opressores, mas buscar libertá-los.

Diante das leituras de Freire, é possível perceber que em cada obra lançada o autor trás uma contribuição para chegarmos ao conceito de autonomia. Ele utiliza termos como esclarecimento, experiência, liberdade, reflexão e conscientização; e a ligação desses termos nos remete ao mesmo pensamento de que a autonomia vai se construindo diariamente, a partir de um processo construtivo que pode ocorrer individualmente ou em grupo, sendo que um fator principal para a conquista da autonomia é a educação, pois a educação é capaz de libertar, e proporcionar o esclarecimento e conscientização do sujeito. Desse modo, o sujeito torna-se autônomo quando, por meio da educação libertadora, este se compreende como ator de suas próprias decisões, sendo um ser crítico e reflexivo, capaz de opinar e se opor diante de momentos decisórios e situações cotidianas. Assim também, a experiência vivenciada faz parte desse processo construtivo, no momento em que o sujeito faz com que a experiência vivenciada em alguma situação possa contribuir para uma análise que ocasione uma possível decisão.

Liberdade intelectual, moral e, principalmente, conscientização, foi este o ponto aonde se chega esta discussão. A leitura de Paulo Freire nos remete a alguns termos, entre estes estão: liberdade, experiência, respeito, educação, crítica, ações, conscientização e esclarecimento. Fazer essa ligação entre cada um deles é desafiador, mas a pausa para análise faz com que percebamos que

cada um desses termos vai nos levar a formular outros dois termos maiores como conscientização e liberdade - que possibilitam a compreensão do que o autor Paulo Freire delineou em suas obras.

O autor mostra que a autonomia se constrói a partir das experiências vivenciadas, as quais nos levam a ser críticos e reflexivos. E o que significa liberdade intelectual? – Liberdade intelectual é, pois, o direito de opinião, de pensar, de ler e escrever qualquer coisa que se deseje. Já os demais termos como respeito, educação e conscientização nos levam à moral, a liberdade moral.

Diante disto, o conceito de autonomia apresentado por Paulo Freire é, pois, definido como a habilidade que o sujeito tem de tomar decisões, ser crítico e, principalmente, ser responsável pelos seus atos, agindo com dignidade sempre de forma consciente; também é visto como a capacidade de construir e reconstruir o pensamento. Mas, a autonomia só é possível por meio da educação, pois a educação é que liberta o sujeito da opressão.

Assim, percebemos a contribuição do pensamento de Paulo Freire para a pesquisa, pois quando pensamos no Projeto Político Pedagógico, pensa-se em decisões críticas e conscientes, por parte dos sujeitos que nele se envolvem. Os momentos de envolvimento entre os sujeitos e o Projeto Político Pedagógico é um momento de muita autonomia.

3 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A AUTONOMIA DA ESCOLA PÚBLICA: UMA DISCUSSÃO SOBRE OS ESTUDOS REALIZADOS

Este capítulo apresenta um estado da arte de alguns resumos referentes à temática “Projeto Político Pedagógico” e “Autonomia”, pelo sistema online, banco de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento Profissional de Pessoas do Nível Superior – CAPES. Cabe destacar que este levantamento se direciona para as pesquisas desenvolvidas na região Nordeste, bem como se inicia um diálogo entre diversos estudiosos que conceituam o Projeto Político Pedagógico, entre olhares de autores como Veiga (2004), Vasconcellos (2007), Castro Neves (2004) e Demo (1998).

3.1 PROCEDIMENTO DO LEVANTAMENTO DE RESUMOS NO BANCO DE TESES DA CAPES

Para atingir o objetivo deste capítulo foi necessário adotar os seguintes procedimentos:

- a) Realizou-se um levantamento no banco de teses da Capes (www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses) utilizando como critérios para seleção de dissertações de mestrado e teses de doutorado. As palavras-chaves foram: Projeto Político Pedagógico e Autonomia.
- b) Foi realizada uma triagem para separar as pesquisas realizadas no Nordeste.
- c) Elaborou-se um quadro com informações dos resultados da pesquisa, abordando os detalhamentos referentes à cada tese como: Autor / instituição; título / nível; ano.
- d) Estudo dos resumos

A pesquisa foi desenvolvida por meio do sistema online da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas do Nível Superior - CAPES, por meio da utilização de palavras-chave, chegando ao resultado, trabalhos que correspondiam e outras que não correspondera ao levantamento almejado. Entre as Teses e dissertações foram selecionados 13 pesquisas, no período de 2001 a 2016, conforme o quadro a seguir. Vejamos:

Quadro 01: Teses e Dissertações Seleccionadas / CAPES

Autor/ Instituição	Título / Nível	Ano
Luciana Rosa Marques – UFPE / PE	Projeto Político-Pedagógico: construindo a autonomia das escolas públicas? As representações sociais dos conselheiros Titulação Mestrado	2001
Luciane Terra dos Santos Garcia – UFRN /RN	O Projeto Político-Pedagógico na perspectiva de consolidação da cultura organizacional e da autonomia da escola Titulação Doutorado	2008
Tatiane Campelo da Silva – UFRN – RN	Autonomia pedagógica: um estudo das possibilidades e limites nas escolas estaduais do município de Natal Titulação Mestrado	2003
Geraldo Freire de Lima – UFS	Autonomia e emancipação em kant e adorno: um paralelismo conceitual pela via pedagógica Titulação Mestrado	2013
Samara Wanderley Xavier Barbosa – UFPB/PB	Projeto político pedagógico como espaço discursivo na prática social da escola Titulação Mestrado	2010
Isac Pimentel Guimarães – UFBA	Gestão acadêmica do Projeto-Político dos cursos de Ciências Contábeis: entre as recomendações legais e as vivências nos bastidores da coordenação de curso. Titulação Mestrado	2011
Ângela Cristina Alves Albino – UFPB /PB	Projeto Político-Pedagógico em enunciação política: uma análise da prática discursiva docente Titulação Mestrado	2010
Ana Cristina de Mendonça Santos – UNEB	O Projeto Político Pedagógico como instrumento de mudança organizacional: limites e possibilidades. Titulação mestrado	2009
Ruth Carvalho de Santana Pinho – UFC/ CE	Racionalidade e Projeto Político-Pedagógico: um olhar a partir do Currículo e do relato das Práticas Docentes de professores do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Ceará.' Titulação Doutorado	2010

Maria do Socorro Ribeiro Barbosa – UECE/CE	Projeto Político Pedagógico, um planejamento institucional. uma ação possível e desafiadora para os Sistemas de Ensino: um estudo de caso em uma escola pública de Belém Titulação Mestrado	2010
Marinalva Sousa Macedo – UFMA /MA	A construção do Projeto Político-Pedagógico das Escolas do Campo: contribuições teórico-práticas para a realidade maranhense Titulação Mestrado	2013
Lucielio Marinho da Costa – UFPB/ PB	A construção do Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Tradantes - Mari - PB: desafios e possibilidades para a educação no campo. Titulação Mestrado	2010
Josete de Oliveira Castelo Branco Sales – UFC	Formação docente no CED / UECE: os caminhos percorridos na construção do projeto político-pedagógico Titulação Doutorado	2006

Fonte: Elaborada pelo autor.

No estudo dos resumos das pesquisas dos treze trabalhos constantes no Quadro 01 destacamos e apresentamos o que segue:

- ✓ Marques (2001) se propôs a apreender como a elaboração do Projeto Político Pedagógico, um objeto de política, ganha materialidade no *lôcus* onde é implantada a escola. Para tal, foi utilizada a teoria das representações sociais proposta por Moscovici e seus seguidores, segundo a qual as diretrizes da política educacional ganham corpo pelos que a executam, podendo tomar, assim, direções diferenciadas.
- ✓ Garcia (2008) buscou esclarecer como se estabelece na escola *lôcus* da pesquisa as relações entre as práticas dos sujeitos e a cultura organizacional da instituição. Buscou, assim, responder algumas questões: 1) As políticas educacionais brasileira de 1990 tem fomentado a autonomia dos sujeitos nas práticas escolar/es suscitadas por meio da implementação do Projeto Político Pedagógico?; 2) As relações interpessoais dos sujeitos, que são permeadas para suas culturas específicas e por suas culturas institucionais, influenciando a

implementação do Projeto Político Pedagógico, possibilitam a (re)construção de culturas que orientam a organização escolar?; 3) As culturas instituídas na escola *lócus* da pesquisa contribuem para que a implementação do Projeto Político Pedagógico seja um instrumento de manutenção ou transformação da cultura burocrática que tem marcado historicamente as práticas escolares?

- ✓ Lima (2013), no seu estudo, teve como enfoque o tema luzes e esclarecimento, por meio do qual faz uma análise conceitual, histórica, filosófica e pedagógica, demonstrando em que pontos e em quais momentos os conceitos – de autonomia e de emancipação - se aproximam e se discutem de seus determinados contextos intelectuais, traçando um paralelo possível entre o pensamento pedagógico de Adorno com relação ao de Kant.
- ✓ Barbosa, S (2010) tem como objeto de investigação os discursos sobre os Projetos Políticos Pedagógicos, entendendo-os como espaços discursivos, permeados de negociação e disputa de posições de poder, durante o processo da sua elaboração e vivência, por se constituírem produto e produtor de discursos híbridos que circulam no espaço escolar. Nessa perspectiva, analisa os discursos que permeiam o processo de construção e implementação do PPP em uma escola pública da rede municipal de ensino de João Pessoa/PB, a partir das vozes de gestores, professores e especialistas.
- ✓ Guimarães (2011) investigou o processo de Gestão Acadêmica desenvolvido pelos Coordenadores de Curso de Graduação em Ciências Contábeis, oferecidos pelas IES públicas do Estado da Bahia, diante dos desafios para a adequação do PPP do Curso DCN.
- ✓ Albino (2010) pretendeu investigar como se dá a configuração discursiva em torno do projeto político-pedagógico, seguindo essas problematizações: Há possibilidade de crítica à forma das regulações instituídas? Ou o discurso docente apenas reproduz as falácias da autonomia?
- ✓ Santos (2009), em sua investigação científica, buscou responder por que apesar da marcante necessidade de planificação do processo educativo, instrumentos de planejamento coletivo como o Projeto Político

Pedagógico (PPP) não conseguem se consolidar no interior escolar? Tem-se como pressuposto de que o convívio social demanda de cada sujeito atitudes, habilidades e competências que o instrumentalizem para agir e intervir neste convívio de forma satisfatória, tanto para ele como para a sociedade. Para favorecer a educação da população, as instituições sociais precisam organizar-se, atendendo as especificidades de cada grupo social, contextualizado no tempo histórico social vivido.

- ✓ Pinho (2010) tem por objetivo analisar os aspectos da racionalidade pedagógica do corpo docente do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Ceará que propiciam ao Projeto Político Pedagógico, por intermédio do currículo e das práticas docentes, fundar a ação educativa em princípios de uma compreensão reflexiva e transformadora.
- ✓ Barbosa, M (2010) buscou investigar se houve melhorias no ensino-aprendizagem da escola *lócus* da pesquisa a partir das ações do Projeto Político Pedagógico, partindo de uma pesquisa de campo e bibliográfica.
- ✓ Macedo (2013) trata do processo de elaboração/execução das políticas públicas para a educação básica do campo e reflete sobre a construção do Projeto Político Pedagógico para a educação básica nas escolas do campo. O *lócus* pesquisado foram as escolas em áreas de assentamentos da reforma agrária no Maranhão, conquistadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, tomando-se como referência a experiência da Escola Roseli Nunes. Ressalta-se que a luta por políticas públicas para o campo tem como marco histórico a realização do I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária - I ENERA, reafirmado nas I e II Conferências Nacionais por uma Educação Básica do Campo, que tiveram por finalidade a luta em prol da educação pública de qualidade aos povos camponeses. O desejo de realização dessa pesquisa surgiu a partir da participação da pesquisadora como professora no II Projeto de Formação de Educadores e Educadoras em Educação do Campo no Estado do Maranhão.
- ✓ Costa (2010), em sua pesquisa, faz um estudo sobre a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Tiradentes, localizada no Assentamento Tiradentes, no município de Mari/PB, tendo como objeto

de estudo a análise do processo de construção de seu Projeto Político Pedagógico, destacando os elementos da Educação do Campo que estão sendo contemplados a partir das práticas pedagógicas que vem sendo desenvolvidas na escola.

- ✓ Sales (2006) tomou como objeto de estudo o projeto de formação docente desenvolvido pelo Centro de Educação (CED) da UECE, no período de 2000 a 2004, espaço temporal compreendido entre sua instalação, com o lançamento de sua Pedra Fundamental e a conclusão de parte significativa de seus principais Programas Especiais de Formação.

Diante desses resultados, os estudos já realizados apontam que com o passar dos anos, a discussão acadêmica sobre as temáticas abordadas estão se destacando no ramo das pesquisas das ciências sociais, como também foi possível perceber que na região Nordeste as discussões voltadas para as políticas públicas educacionais crescem em constante rapidez.

Os estudiosos estão preocupados com efetivação das leis e diretrizes, desse modo, buscam compreender as políticas educacionais em vigor, no nosso país, como também analisar como cada uma delas está sendo implantada nas escolas e nos municípios.

Na utilização dos termos propostos foram encontrados vários resultados, mas com o cuidado da análise e fazendo direcionamento para a região Nordeste, restaram os 12 trabalhos aqui apresentados, concentrados em um recorte de tempo compreendido entre os anos 2001 – 2013. Observamos nos resultados que poucos investigam a relação do Projeto Político Pedagógico com a autonomia, o que nos faz perceber que esta temática ainda tem muito a ser explorada.

Constatamos que, em meio às discussões dos estudiosos contemplados neste levantamento, o Projeto Político Pedagógico está sendo pesquisado com o propósito de analisar suas contribuições para a gestão democrática, autonomia, currículo e planejamento pedagógico.

Um ponto temático que mais se destaca entre os estudos já realizados é a investigação e análise de como aconteceu o processo de construção do Projeto Político Pedagógico, como também as contribuições que este apresenta para a democratização dos processos escolares e para a conquista da autonomia da

escola. Os estudiosos estão cada dia mais focados em compreender e analisar o Projeto Político Pedagógico vivenciado nas escolas e nas universidades, podendo ser encontradas pesquisas que se voltam para a análise do projeto pedagógico de alguns cursos.

Sobre o processo de construção, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico, assim com as contribuições deste para conquista da autonomia, os estudos de Castro Neves (1998) ressaltam a construção do Projeto Político Pedagógico como sendo uma construção democrática, pois envolve todos os segmentos que atuam e se relacionam com a escola. “É, pois, um processo participativo” (p. 31).

Durante o levantamento houve ainda mais a confirmação de que as discussões e estudos das políticas educacionais no Brasil, seja por meio de palestras, pesquisas acadêmicas, como até mesmo diálogos reflexivos de educadores, vem crescendo desde o início dos anos de 1990, principalmente após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 e os demais instrumentos normativos que definem a reforma educativa, em curso desde a década de 1990. Esses instrumentos normativos expõem aspectos relevantes da organização escolar e apresenta a possibilidade da participação dos vários segmentos que compõem o corpo escolar no processo de elaboração e avaliação do Projeto Político Pedagógico da escola. Nesse sentido, Veiga (2011, p. 9) nos apresenta em sua obra *Escola espaço do Projeto Político Pedagógico* que:

[...] O projeto pedagógico exige profunda reflexão sobre as finalidades da escola, assim como a explicitação de seu papel social e a clara definição de caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos os envolvidos com o processo educativo. Seu processo de construção aglutinará crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar, do contexto social científico, constituindo-se em compromisso político pedagógico coletivo [...].

Desse modo, o processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico por contar com a participação de diferentes sujeitos, suas características tornam-se fruto das diferenças existentes entre os sujeitos escolares. Outro ponto que caracteriza o Projeto Político Pedagógico é a participação da comunidade na

qual a escola está inserida, fazendo com que cada sujeito participante da elaboração do projeto o constitua por modo reflexivo e investigador.

Partindo do que já foi visto pelos estudiosos citados, compreende-se que o processo de construção do Projeto Político Pedagógico é, portanto, coletivo, podendo levar a escola à autonomia, possibilitando um papel de posicionamento frente aos questionamentos que virão, já que o projeto propõe objetivos e metas. Dessa maneira, segundo Bahia (2000), tecer o PPP exige, acima de tudo, a busca da intencionalidade e seus compromissos, a busca de uma linguagem comum e vontade de mudar.

3.2 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: CONCEITUANDO ENTRE OS DIVERSOS OLHARES

O Projeto Político Pedagógico é visto como a identidade da instituição de ensino, pois ainda traça suas metas e ações, sua clientela, seus profissionais, suas expectativas e necessidades. Este também apresenta em seu detalhamento dados sobre a cultura a qual a escola está inserida, a comunidade e suas tradições, assim como o papel que a escola pretende cumprir diante da sociedade. É por meio desse projeto que a comunidade escolar pode desenvolver um trabalho coletivo, partindo de uma gestão democrática.

No sentido etimológico, o termo projeto “vem do latim *projectu*, participio passado do verbo *projicere*, que significa lançar para diante; Plano, intento, desígnio; Empresa, empreendimento; Redação provisória de lei; Plano geral de edificação” (FERREIRA 1975, p.1.144). Desta feita, o projeto desenvolvido na escola tem por pressuposto fazer algo, lançar uma ideia, a qual seja relevante para o trabalho pedagógico da escola.

A palavra projeto tem suas origens da palavra planejar, planejar alguma ação, partindo para o plano que se planeja e a ação a ser executada. Desta maneira, o Projeto Político Pedagógico também apresenta em sua estrutura metas que foram sistematizadas no ato de planejar, que em seguida parte para um plano ou uma meta a ser executada. Nesse sentido, o projeto consiste na sistematização de uma parte ou de uma atividade prevista no plano a ser implementado.

Partindo desta perspectiva Castro Neves (2004, p.110) define projeto político pedagógico como:

É um instrumento de trabalho que mostra o que vai ser feito, quando, de que maneira, por quem, para chegar a que resultados. Além disso, explica uma filosofia e harmoniza as diretrizes da educação nacional com a realidade da escola, traduzindo sua autonomia e definindo seu compromisso com a clientela. É a valorização da identidade da escola e um chamamento à responsabilidade dos agentes com as racionalidades interna e externa. Esta ideia implica a necessidade de uma relação conceitual, isso é o projeto deve ser aceito por todos os envolvidos, daí a importância de que seja elaborado participativa e democraticamente.

Desse modo, a autora define projeto político pedagógico como um ato político que dá voz a escola, passando assim a distinguir sua identidade. Ao mesmo tempo também apresenta a relevância da participação de todos os membros da escola envolvidos no projeto pedagógico. As reuniões, ações, metas, tomada de decisões e conflitos que acontecem no processo de construção, execução e avaliação do projeto são atos políticos que caracterizam as ações do Projeto Político Pedagógico.

Para Vasconcellos (2007, p.169), o Projeto Político Pedagógico (ou projeto educativo) se define como:

[...] um plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de integração e atividade prática da instituição neste processo de transformação.

O autor compreende o projeto pedagógico como sendo um plano da instituição (escola) que define em sua estrutura ações e metas, como também propostas educacionais diante da sociedade e comunidade escolar. Como coloca o autor,

O Projeto Político Pedagógico (conteúdo metodologia etc.) é o nosso chão, que nos dá identidade profissional; no entanto pelo exposto antes, claro que este não se sustenta sem ser articulado

a um projeto pessoal (valores, interesses, compromissos, visão de mundo etc.) (VASCONCELLOS, 2001, p. 52).

O projeto pedagógico, enquanto ferramenta da escola que expõe sua identidade, e a dos sujeitos que fazem parte do corpo escolar, é visto como uma metodologia de trabalho que possibilita a ação de todos os sujeitos da escola, Assim, pode proporcionar uma formação individual e coletiva dos sujeitos que fazem parte da elaboração e avaliação do Projeto Político Pedagógico, no momento em que há avaliação de suas metas e ações como também quando há uma reflexão crítica das mesmas.

Já Demo (1998, p. 248) traz a ideia de que:

Existindo projeto pedagógico próprio, torna-se bem mais fácil planejar o ano letivo, ou rever e aperfeiçoar a oferta curricular, aprimorar expedientes avaliativos, demonstrando a capacidade de evolução positiva crescente. É possível lançar desafios estratégicos, como: diminuir a repetência, introduzir índices crescentes de melhoria qualitativa, experimentar didáticas alternativas, atingir posição de excelência.

Nesses termos, a ideia de que no Projeto Político Pedagógico estão estabelecidas as metas e ações planejadas para todo ano letivo, a existência deste projeto facilitará o planejamento das ações e até mesmo dos conteúdos que serão trabalhados durante cada bimestre letivo, já que o planejamento maior já foi estabelecido no Projeto Político Pedagógico da escola. Conforme Veiga (2004, p. 14),

O projeto Político Pedagógico tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade.

Nessa visão, a autora compreende que o Projeto Político Pedagógico não se limita apenas a parte burocrática da escola, pois ele é construído para ser vivenciado, e, para isso, ele deve estar em todas as partes da escola, seja na sala de aula ou na organização da escola, pois é um documento vivo, que busca a organização da escola em uma visão total.

Desta forma, é relevante salientar que na construção do PPP os sujeitos que fazem parte desta elaboração se utilizam de várias estratégias para que esse se construa; alguns autores utilizam encontros e nesses encontros realizam uma discussão política e autônoma para se pensar o que será colocado no documento, pois como já visto no texto, esse é concebido como a identidade da escola. Sendo assim, os sujeitos que participam de sua elaboração devem construir um documento que lhes der subsídios para execução de suas propostas, as quais devem ser pensadas de acordo com a comunidade local.

Dessa forma, cada escola tem autonomia para construir o seu Projeto Político Pedagógico. Sendo assim, aos órgãos superiores da educação cabe a tarefa de incentivar e dar suporte técnico e financeiro, para que as ações pontuadas no Projeto Político Pedagógico sejam realizadas, e não definir um modelo pronto e acabado, a fim de que as Unidades Escolares possam executar suas determinações (VEIGA, 1995).

4 AS CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO PARA A CONQUISTA DA AUTONOMIA ESCOLAR

Apresentamos neste capítulo as contribuições que o Projeto Político Pedagógico após sua implantação para a construção da autonomia em uma escola pública do município de Areia Branca /RN.

Em primeiro lugar analisamos dados coletados do documento que sistematiza o Projeto Político Pedagógico da escola e das atas das reuniões do Conselho Escolar. É importante enfatizar que realizamos a leitura e análise das atas do Conselho Escolar porque este órgão também é importante para conferir autonomia à escola.

Em seguida, refletimos sobre os discursos dos sujeitos entrevistados. Antes, porém, de apresentar os resultados das entrevistas, achamos pertinente traçar um perfil desses sujeitos e, na sequência, buscamos compreender a participação deles nos momentos decisórios. Já em terceiro ponto, damos ênfase à visão dos sujeitos da pesquisa sobre a conquista da autonomia da escola e sua relação com o Projeto Político Pedagógico.

4.1 ANÁLISE DAS ATAS DE REUNIÕES DO CONSELHO ESCOLAR

A análise das atas de reuniões do Conselho Escolar do período de 2001 a 2017, foi realizada na escola, mais especificamente, na sala da secretaria, com permissão, apenas, para leitura.

Lembramos que com base em princípios democráticos e da transparência esse é um documento público, portanto, acessível a qualquer cidadão que tenha interesse em consultá-lo.

Diante da leitura da ata, foi possível identificar que o primeiro registro de reuniões ocorreu no ano de 2001, constando duas reuniões realizadas nesse ano e, nos anos seguintes, consta nas atas registro de uma reunião anual, com exceção ao ano de 2015 que houve duas reuniões.

As reuniões registradas na ata relatam encontros do Conselho para discussão sobre a indisciplina. Chamou-nos a atenção para o relato de uma situação em que o Conselho tomou a decisão de um aluno que só permaneceria

na escola, sob total responsabilidade dos pais e que, diante de qualquer ato indisciplinado ele seria expulso. Isso nos leva a pensar se foi discutida a saída do aluno da escola. Isso não é condizente com a autonomia que a escola pretende conquistar, como também é totalmente contrário ao que a legislação brasileira preconiza no que se refere aos processos democráticos no interior da escola.

Já em outra ocasião que consta na ata é a eleição dos novos membros do Conselho. Mas na descrição da eleição não consta o processo que ocorreu para se eleger o novo Conselho Escolar; há apenas a descrição dos novos membros, deixando uma lacuna de como ocorreu esse momento na escola.

O Conselho Escolar além de se constituir em um espaço de reflexão é o órgão para a tomada de decisões realizadas no interior de uma escola, uma vez que este é formado pela representação de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar, como: alunos, professores, pais ou responsáveis, funcionários, pedagogos, diretores e comunidade externa. Cabe, pois, ao Conselho Escolar deliberar questões administrativas, financeiras, políticas e pedagógicas da instituição de ensino, colaborando que a escola cumpra com o papel de educar os cidadãos e possibilitar uma aprendizagem de qualidade.

Entretanto, o que se viu na análise da ata de reunião do Conselho Escolar da Escola Municipal Academia do Saber é que este importante órgão de democratização e de conquista da autonomia escolar, não se encontra ativo, pois tem se reunido em uma vez por ano. Outro ponto observado é que não se encontra ações de autonomia por parte do Conselho Escolar nos registros das atas de reuniões.

4.2 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA

Neste ponto, nos debruçamos sobre a análise dos dados coletados a partir da análise do PPP da escola, na tentativa de compreender como a sua implantação tem contribuído para a construção da autonomia da escola *lócus* desta pesquisa. Nesse sentido, realizamos um estudo sobre o documento, conforme anunciamos na metodologia.

As discussões sobre o projeto pedagógico na escola Academia do Saber foram iniciadas em 2002 e a última atualização ocorreu no ano de 2016.

A autonomia na instituição educativa é de suma importância. Quando pensamos em uma escola autônoma, é também uma escola democrática, pois se a escola é autônoma, isso quer dizer que os sujeitos que fazem parte dela também são sujeitos autônomos. Segundo Veiga (2011, p. 15), “a autonomia da escola é uma questão importante para o delineamento de sua identidade. A autonomia anula a dependência”.

Concordo com a autora, já que o conceito de autonomia também está relacionado à liberdade e à emancipação; sendo uma escola emancipada, ela não é dependente, ou seja, a sua identidade é construída de forma coletiva e reflexiva. Como argumenta Freire (2000), é somente por meio da educação libertadora que podemos mudar o quadro das injustiças sociais, contribuindo, assim, para a construção de cidadãos mais críticos e autônomos.

4.2.1 Sobre a participação dos sujeitos nos momentos decisórios da escola e o estabelecimento do diálogo

Com o objetivo de identificar no projeto político pedagógico pontos que destaquem a participação dos segmentos nos processos decisórios da escola, buscamos identificar no PPP ações que propiciem a participação dos segmentos nas dimensões pedagógicas, administrativas e financeiras.

Desse modo, de acordo com o projeto pedagógico da escola, na dimensão pedagógica, verificamos que há uma intenção de envolver todos os segmentos nos processos escolares conforme o que segue: “o planejamos pedagogicamente, nossas atividades promovendo com a participação de todos envolvidos no processo educativo” (Projeto Político Pedagógico da Escola M. Academia do Saber. 2016).

Já na dimensão financeira, quando tratou da melhoria da infraestrutura no que se refere à melhoria da sala de professores, biblioteca e outros espaços não observamos discussões entre os segmentos para a definição de tais prioridades conforme o objetivo nº 1 da referida dimensão:

Objetivo nº 01, proporcionar ao educando maior aprendizado através da aquisição de uma sala de professor, biblioteca, brinquedoteca, área de lazer e os outros recursos tais: material esportivo, didático pedagógico e tecnológico. **Meta ou objetivo:** incentivar através da inserção da escola e programas

educacionais a melhoria da dinâmica escolar. **Responsáveis:** toda a equipe da escola.

Meta ou objetivo: criar através da aquisição de vários cursos tecnológicos e físicos espaços adequados materiais diversificados que garantam a melhoria de todo processo educativo. **Responsáveis:** toda equipe da escola.

Pela análise do objetivo nº1 podemos inferir que não há participação dos segmentos para decidir as prioridades. O que se observa é que os segmentos são chamados para executar a ação objetivada na dimensão financeira, portanto não é identificada a participação na discussão da definição deste objetivo. É interessante ressaltar que não há registro de reuniões para tomada de decisões.

Outro ponto a ser observado é que frequentemente as metas e os objetivos são na perspectiva de aderir aos programas e projetos prontos advindos da administração central, e não é identificada a autonomia da escola e se seus sujeitos na elaboração de projetos a partir das necessidades e problemas enfrentados pela escola.

O que se observa também é que a escola espera da secretaria de educação definições de ações a serem executadas, não havendo autonomia e até mesmo iniciativa para elaborar seus próprios planejamentos. Diante disto, percebe-se que há falta de criatividade por parte da escola, sendo que na perspectiva freiriana a autonomia é também compreendida como criatividade.

Lembrando que na perspectiva freiriana a participação se dá por meio do diálogo e reflexão e não pela execução de tarefas determinada pelos órgãos superiores da educação, tais como Ministério de Educação – MEC, Secretaria Municipal de Educação.

É importante ressaltar que no final do PPP há uma página sem título com o seguinte enunciado:

Utilizamos este projeto político pedagógico como nossa ferramenta de trabalho. Todos os dados coletados foram analisados por diferentes segmentos da escola, facilitando nosso trabalho selecionando a situação educacional da escola voltada por uma consciência crítica, mas ao mesmo tempo reflexiva. (Projeto Político Pedagógico da Escola M. Academia do Saber. 2016).

Nossa análise sobre esse enunciado é que ao longo do percurso de elaboração do PPP não houve uma real participação dos segmentos nas

tomadas de decisões; talvez por isso a escola sinta a necessidade de se expressar dessa maneira como uma forma de justificativa.

Essa é uma característica do momento neoliberal que vivenciamos em que os setores tradicionais da sociedade se apropriam do discurso democrático para justificar práticas conservadoras, ou seja, uma característica da sociedade em que vivemos é a contradição.

4.2.2 Planejamento de atividades: relação entre a equipe pedagógico-administrativa e equipe de professores

O planejamento das atividades é um momento muito relevante para a escola. Para se planejar as atividades, é importante que sejam pensadas por uma equipe e que esta busque atividades que garantam o aprendizado dos educandos.

Durante a análise do PPP foi notável que este documento possui um tópico denominado “O planejamento estratégico da escola”, no qual é contemplada a dimensão pedagógica da escola.

Sobre esse ponto, podemos destacar no planejamento estratégico da escola para o ano de 2016, que para a acessibilidade contida nos objetivos da dimensão pedagógica como uma meta a ser atingida, não existe nenhuma ação específica que permita o seu alcance. Isso pode significar um descompasso entre o que foi discutido pela equipe pedagógica e de professores que planejaram ações de acessibilidade e a equipe administrativa não garantiu a concretização do objetivo proposto.

Partindo dessa observação de que as equipes: pedagógica e de professores propõem em seu planejamento um objetivo e a equipe administrativa não garante ações para sua concretização, isso pode ser mais um indício de que não é possível identificar a autonomia na escola. Diante disto é possível perceber que o planejamento é fragmentado, sendo assim um caminho para inexistência de autonomia. Entretanto, observa-se no projeto pedagógico, quando se refere à dimensão administrativa, que se propõe uma gestão autônoma e comprometida com o bom relacionamento e a “efetivação e articulação pedagógica inclusiva entre os professores que atuam na sala de recursos multifuncionais”.

Aqui chamamos a atenção para a não observação de uma das características do PPP que é a intencionalidade, ou seja, nas discussões e definição de objetivos e metas, a escola deve optar, apenas, pelo que seja possível concretizar. Isso pode ser um indício de que o PPP da escola é apenas um documento que foi elaborado para o cumprimento de uma exigência legal e não com o compromisso de concretizá-lo, cotidianamente.

Sobre isso, o pensamento de Veiga (2004) deixa bem claro que o PPP é identidade da escola, este não é um documento que deva está engavetado, mas deve ser vivenciado diariamente no cotidiano escolar.

4.2.3 A autonomia no Projeto Político Pedagógico da escola

Castro Neves (2004) discute que a escola deve ter autonomia para elaborar e executar sua proposta pedagógica. Nesse sentido, o PPP da escola expõe por meio das metas, estratégias e missão da escola, repassando a visão de que pretende formar cidadãos críticos, reflexivos, conscientes e capazes de agir na transformação da sociedade, propondo assegurar uma educação de qualidade.

É possível identificar que em alguns pontos o PPP da escola apresenta buscar por uma formação autônoma do educando. Como por exemplo, em sua dimensão pedagógica, destaca o seguinte:

Propomos ao educando uma educação de qualidade com vista a um futuro promissor para isto utilizamos recursos, estratégias e metodologias adequadas a um aprendizado melhor. Pretendemos formar uma sociedade com cidadãos reflexivos solidários e justos com igualdade de direitos, cidadãos ativos e participantes. (Projeto Político Pedagógico da Escola M. Academia do Saber. 2016).

Quando pensamos em autonomia, pensamos em reflexão, em participação, mas para formar cidadãos autônomos, que sejam dotados de todos esses pontos de autonomia que vem sendo colocados no PPP, é importante que essa missão e dimensões sejam vivenciadas diariamente pela escola.

Com a proposta de formação cidadã e autônoma, o PPP da escola, em seus critérios de avaliação da aprendizagem dos alunos, aponta que “todos os

fatores preponderantes que nos levam a uma observação aprofundada (notas, médias e conceitos) são levados em consideração: o PNAIC também pode ser considerado como critério de avaliação.” (Projeto Político Pedagógico da Escola M. Academia do Saber. 2017).

Os critérios de avaliação apontados pela escola em seu PPP se restringem a notas, medidas e conceitos. Seguindo esta linha de pensamento, a escola não estará identificando no educando a formação crítica e reflexiva conforme se propõe. Assim, não será possível formar esse cidadão autônomo se a própria escola não percebe a falta de autonomia (reflexão) nesse processo avaliativo; pelo contrário, o que se vê neste processo de avaliação é uma educação com aspectos da tendência pedagógicas tradicional, na qual o aluno não recebe uma educação libertadora como é proposta por Freire (2000).

Outro ponto que se refere à autonomia no PPP é quando se discute as dimensões administrativas, destacando como dimensões uma gestão descentralizada e participativa, autônoma e competente. Ainda está previsto no PPP que a escola pretende formar homens e mulheres autônomos, ativos/participativos, ético e crítico construtivo.

Entretanto, no mesmo documento, encontramos uma contradição quanto à autonomia proclamada em outro ponto do PPP, que ao propor realizar ações, metas e objetivos para a avaliação da aprendizagem, constata-se, claramente, que estas não se caracterizam como ações autônomas, como por exemplo, quando se propõe atingir em 95% o rendimento da aprendizagem dos alunos, “através” da implantação e assessoramento dos vários programas da educação. Aqui, chamamos a atenção para o fato de que a maioria das ações com vistas à aprendizagem do aluno são determinadas pelos programas federais ou municipais em que a escola está inserida.

O que foi observado, portanto, é que quando procuramos identificar a participação autônoma dos segmentos como também identificar a busca pela construção de um PPP que tem como objetivo uma educação libertadora, democrática e emancipatória, por meio da definição de objetivos metas e ações, constatamos várias contradições entre o real e o proclamado. Por isso, concordamos com Saviani (2004), que ao discutir sobre limites e perspectivas da LDB e sua concepção liberal, afirma que:

Enquanto os objetivos proclamados se situam num plano ideal onde o consenso, a convergência de interesses é sempre possível, os objetivos reais situam-se num plano onde se defrontam interesses divergentes e, por vez, antagônicos, determinando o curso da ação as forças que controlam o processo (SAVIANI, 2004, p. 190).

No item seguinte far-se-á a apresentação e a análise dos dados coletados por meio das entrevistas com os sujeitos escolares, começando com o perfil dos entrevistados.

4.3 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Este item trata da caracterização dos participantes da pesquisa, cuja finalidade é apresentar o perfil acadêmico e profissional dos entrevistados. Os participantes da pesquisa são 03 profissionais da área da educação, em especial três mulheres, todas atuantes na mesma escola *lócus* da pesquisa. As participantes são 01 professora, 01 supervisora e 01 gestora, as quais serão tratadas por nomes fictícios para que haja a preservação de suas identidades.

	(PROFESSORA)	(SUPERVIDORA)	(GESTORA)
PERFIL DOS ENTREVISTADOS			
Formação dos entrevistados	Nível superior completo	Pedagogia com habilitação em supervisão escolar	Pedagogia, Especialização em Gestão escolar, formada pela Universidade do Vale do Acaraú - UVA
Tempo de trabalho na educação	27, anos.	37, anos.	Bastante tempo, somando desde o início, desde meus dezoito anos, lecionando em sala de aula no infantil, desde então já são quase 20 anos.
Tempo de trabalho na	11 anos.	13 anos.	Nesta escola comecei este

escola pesquisada			ano, com a gestão direção da escola. 03 meses.
-------------------	--	--	--

Quadro 02: Perfil dos entrevistados

Fonte: Elaborado pelo autor

4.3.1 Sobre a professora entrevistada

A professora Rebeca, como podemos ver no quadro 2, é graduada em Pedagogia, com 27 anos de atuação na área de educação e há 11 anos em exercício na escola *lócus* da pesquisa. Neste ano de 2017, está trabalhando no turno vespertino, ela também atua em uma escola da rede estadual de educação, localizada na cidade de Areia Branca, no turno matutino.

A entrevista com a professora Rebeca foi muito interessante, pois desde o primeiro contato ela demonstrou empolgação para participar da pesquisa. Na entrevista, mostrou-se sempre muito segura ao responder os questionamento feitos, demonstrando ter bastante conhecimento sobre a escola e seu funcionamento. Após a entrevista, tivemos uma conversa informal, ocasião em que a professora falou sobre sua experiência nas redes estadual e municipal de ensino, ressaltando a importância do planejamento, o que ficou evidente que detém conhecimentos acerca dos documentos que regem a educação e a escola na qual está inserida.

4.3.2 Sobre a supervisora entrevistada

A supervisora Julia é graduada em Pedagogia, com habilitação em Supervisão e atua na educação há 37 anos, e trabalha na escola campo da pesquisa há 13 anos, exercendo a função de supervisora.

A entrevista foi realizada de forma muito tranquila. Julia se mostrou muito segura e muito aberta a colaborar. Em conversa informal mostrou orgulho da escola está sendo objeto de uma pesquisa em nível de mestrado acadêmico e ressaltou que já havia sido feita na escola pesquisas realizadas por alunos da graduação, mas não de mestrado. Na oportunidade, falou sobre o amor que dedica à educação e sobre a esperança que tem na escola pública.

Ainda em conversa informal, discutimos sobre as mudanças ocorridas na educação e sobre os pontos positivos que estas trouxeram e sobre a riqueza dos recursos pedagógicos. Outro ponto relevante a destacar nesta conversa informal foi o relato da supervisora sobre a importância de uma gestão democrática e da participação dos segmentos escolares e da comunidade para que a escola caminhe para uma educação de qualidade.

4.3.3 Sobre a gestora entrevistada

A gestora Mariana, graduada em Pedagogia, pela Universidade do Vale do Acaraú – UVA é especialista em Gestão Escolar, atua na área da educação há quase 20 anos. Há três meses recebeu o convite do novo prefeito municipal para ser gestora da escola campo de pesquisa.

O momento da entrevista foi muito gratificante; tivemos também um momento de conversa informal, no qual dialogamos sobre os desafios da gestão, quando na oportunidade a gestora ressaltou ser a primeira vez que atua como gestora, pois desde então não havia atuado na parte da gestão escolar. Antes de chegar à gestão, passou muitos anos na atuando da educação infantil, como também abriu uma escola de reforço escolar em parceria com mais duas colegas.

Em conversa informal, enfatizou que o fato de não ter atuado na gestão anteriormente, diz ser um desafio atuar como gestora, mas está sempre buscando ser uma boa profissional e está por dentro de tudo que acontece na escola, buscando conhecer a escola, seus documentos e instrumentos normativos. Em sua primeira semana fez logo a leitura do PPP da escola e seu regimento, para conhecer a fundo a identidade da escola.

A gestora mostrou-se segura e disposta a colaborar com a pesquisa, demonstrou também compromisso pela educação e o desejo que a educação pública seja mais valorizada. Discutimos sobre as dificuldades da educação e refletimos que estas dificuldades podem ser “superadas” quando o profissional procura fazer o melhor, não fazendo das dificuldades um empecilho para contribuir para a construção de uma educação de qualidade.

4.4 SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS SUJEITOS NOS MOMENTOS DECISÓRIOS DA ESCOLA E O ESTABELECIMENTO DO DIÁLOGO

Nos últimos anos, as discussões sobre a gestão democrática e participação obteve um grande crescimento no setor acadêmico. A escola vem buscando a cada dia fazer com que haja uma gestão democrática, instigando que todos os segmentos da escola participem dos momentos de tomada de decisões. É relevante destacar que o funcionamento da escola não é apenas responsabilidade da gestão. Desse modo, sabemos que a escola é composta por vários segmentos e todos devem ser responsáveis pelo seu funcionamento e pelas decisões que venham a ser tomadas.

Este tópico tem por objetivo apresentar a visão dos sujeitos entrevistados, que foram questionados sobre a participação nos processos decisórios da escola *locus* da pesquisa, aqui denominada Escola Municipal Academia do Saber.

4.4.1 Sobre a participação dos segmentos por ocasião da elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola

Sobre essa questão é importante ressaltar que apenas a supervisora trabalhava na escola por ocasião da elaboração do PPP. Portanto, nessa questão ganha destaque o discurso da supervisora quando afirma o seguinte:

A partir do ano de 2002, eu trabalhava na secretaria de educação neste período e foi discutido a respeito deste documento que tinha que ter em todas as escolas do município, então fui até Natal participar de treinamento para pegar todos os itens para saber como deveria ser elaborado esse projeto político, então quando eu voltei eu fiz este trabalho em algumas escolas, não deu para fazer em todas. Aqui [ela está se referindo a escola Academia do Saber] foi feito da seguinte maneira, eu convoquei todos os envolvidos no processo, a comunidade escolar, todos os setores da escola, os pais, os alunos e nós fizemos uma reunião para expor o documento, como seria, um documento onde reza tudo que a gente tinha que seguir na escola, tipo uma cartilha. A partir daí começamos a fazer, fizemos várias reuniões se não me engano foram seis ou foram sete ao total e daí a gente dividia por setores, por exemplo o pessoal de apoio ficava em um canto e ia trabalhando no que eles achariam que era de evidencia para o trabalho deles e para o colégio, aí os professores se concentravam em um canto que é a parte mais pertinente que eu acho do projeto são os professores, o pessoal de secretaria, cada um se reunia em um local, fazia todo um trabalho. Após todo o trabalho feito pegamos todo o apanhado que eles fizeram e fomos montar o documento, daí para montar esse documento a gente criou uma comissão, por exemplo, todos os professores, sempre fizemos questão da participação de

todos, as duas pessoas de apoio, dois alunos, dois pais e assim a gente criou esta comissão e aí iniciamos o documento (Supervisora Julia. Entrevistada. 2017).

Aqui se percebe um esforço da Secretaria de Educação do Município e da própria escola em atender as determinações da Lei 9394/96. Entretanto, conforme os autores referenciados tais como, Veiga (2004), Castro Neves (2004) e Vasconcellos (2007), o Projeto Pedagógico não deve ser apenas o cumprimento de uma exigência legal, mas instrumento de conquista da autonomia da escola.

Ainda sobre a participação da supervisora é relevante destacar seu discurso sobre como ocorria o diálogo entre os participantes:

O diálogo era o seguinte, vamos trabalhar o PPP, vamos fazer por etapas, os professores coloque tudo que vocês acham que deve colocar, os desafios o que vocês pretendem para a educação, o pessoal de apoio a mesma coisa isso dentro do contexto de vocês. Os pais eram o maior desafio, eles diziam professora a gente não sabe não, então eu dizia coloquem assim o que vocês querem o objetivo de vocês, o que eu vocês querem que os filhos de vocês atinjam dentro do colégio, como querem que os professores trabalhem a forma de ensino. Depois de feito esse trabalho a gente se reunia de novo para discutir o que cada um colocou e depois a gente se arrumava tudo e começamos a montar (Supervisora Julia. Entrevistada 2017).

Sobre o diálogo é observável na voz da supervisora que havia participação dos diferentes segmentos, mas nem todos conseguiam se integrar naquele momento, encontrando dificuldades de se posicionar e até mesmo expor suas opiniões, como no caso dos pais citados pela supervisora. Portanto, pode-se dizer que o diálogo, no processo de elaboração do PPP, ocorreu de forma tímida entre os segmentos que participaram do processo. Isso foi destacado na voz da supervisora quando afirmou que havia participação dos diferentes segmentos, mas nem todos conseguiam se integrar durante aquele momento.

Aqui, é importante realçar que o fato de a gestão democrática e autonomia da escola estarem definidas na letra da lei, isso não garante a sua concretização, pois a participação concedida não é condizente com os princípios democráticos, da autonomia, da emancipação.

Diante disto, podemos destacar que mais uma vez a autonomia na perspectiva freiriana, neste processo, foi dificultada. Pois para Freire (2011),

autonomia é participação nas tomadas de decisões, como também reflexão e diálogo.

4.4.2 Sobre a participação dos segmentos na atualização do Projeto Político Pedagógico

Quando questionadas sobre a participação dos segmentos na última atualização do PPP, tanto a professora quanto a supervisora enfatizaram que participaram do processo. A supervisora relatou que a última atualização ocorreu no ano de 2016, sendo coordenado pela supervisão em conjunto com a direção escolar. Destacou ainda que:

A atualização [do projeto político pedagógico] a gente faz todos os anos e sempre seguimos os mesmos critérios, a gente monta aquela comissão pegando todos os professores, dois alunos, dois pais e realizamos aquela reunião geral e depois montamos em Datashow como está o todo o documento e as parte que vamos atualizar, por exemplo, o quadro de rendimento que todo ano a gente atualiza o quadro de pessoal da escola, que geralmente alguém saiu e entrou outra, o IDEB atualizamos de dois em dois anos. Outro ponto é as dificuldades que aconteceu naquele ano anterior, ai a gente coloca quais as atividades que podemos colocar para resolver aquele problema e dessa forma a gente faz todo ano (Supervisora. Entrevistada. 2017).

No detalhamento da fala da supervisora é possível observar o relato de que o PPP é atualizado de dois em dois anos, o que deveria ocorrer anualmente, pois o PPP é a identidade da escola é ele que norteia o funcionamento da mesma. Dessa forma, no documento devem constar informações que mudam durante um ano, o planejamento das atividades, o rendimento escolar atualizado, quadro de funcionários e muitos outros pontos que são importantes.

Nesse sentido, podemos dizer que a participação, a transparência e a avaliação são características do PPP, e são inerentes a ele, se isso não se concretiza, o PPP torna-se um documento burocrático que não é condizente com a autonomia da escola.

Por meio do exposto, consideramos que o PPP é o documento norteador de todo o trabalho na escola e para sua autonomia este deve conter todos os encaminhamentos das atividades a serem desenvolvidas e apresentar como objetivo o interesse em atender as demandas e necessidades dos discentes e de toda a comunidade escolar. Diante disto, sua avaliação permanente é

fundamental para que atenda as suas atribuições. O processo de elaboração, implementação e reelaboração do PPP é fundamental porque envolve as pessoas que atuam na escola, dá a elas a sensação de pertencimento, de envolvimento com a instituição escolar (VASCONCELLOS, 2007).

Voltando ao questionamento que trata da participação dos segmentos, a gestora relata não ter participado. “Não [participou da atualização do PPP], pois como já disse iniciei este ano [2017] na escola, mas vamos ter um estudo aonde vamos sentar para rever, as partes que se mantém e as que são preciso fazer mudanças” (Gestora Mariana, entrevistada, 2017). Desse modo, é possível compreender que a gestora mesmo estando na escola há pouco tempo, está buscando inteirar-se do PPP, como também repensar uma estratégia de avaliação desse projeto..

A supervisora também acrescentou em sua fala que no momento da atualização do PPP percebia a falta de autonomia de alguns segmentos:

Os segmentos que se mostravam com autonomia era somente o pedagógico, os professores, os outros ficavam ouvindo tudo, eu falava pessoal e então a gente vai fechar o documento, fechar que eu falo é naquele dia a discussão, então querem colocar mais alguma coisa? Não tá bom o que você colocarem ai, tá bom.

Desse modo, é relevante analisar que a própria supervisora observa a falta de autonomia de alguns segmentos, o que ocasiona a falta de autonomia no PPP, pois, como já discutido de acordo com pensamento de Freire (2004, 2011), autonomia é tomada de decisão, é liberdade para expressar opinião é ser político. Mas, o que se ver na fala da supervisora é que falta autonomia, criticidade e criatividade em alguns segmentos.

Nesse sentido, Bussumann (2004) afirma que a participação na organização escolar é, pois, uma forma de democratização do processo de tomada de decisões da escola. Sobre a participação o autor faz a seguinte afirmação:

Na organização escolar, que se requer democrática, em que a participação é elemento inerente à construção dos fins em que se busca e se deseja práticas coletivas e individuais baseadas em decisões tomadas e assumidas pelo coletivo escolar, exige-se da equipe diretiva, que é parte desse coletivo, liderança e

vontade firme para coordenar, dirigir e comandar o processo decisório como tal e seus desdobramentos de execução.

Assim, a participação dos segmentos no processo de tomada de decisões é fundamental para a conquista da autonomia da escola e dos sujeitos escolares. Observemos que diante das respostas das entrevistadas quando foram questionadas sobre a participação dos segmentos nos momentos decisórios da escola, e quais momentos seriam estes, as três ressaltaram que participaram dos momentos decisórios. Vejamos o que diz a professora:

Costumo [participar], a escola aqui ela é bem democrática, na minha visão, é claro dependo de quem seja o gestor, quando tem alguma coisa aqui, por exemplo, vai haver um projeto, a gente senta para entrar em um acordo para ver como será aquele projeto, quais atividades fica melhor para quem tem mais habilidades, é bem, certo, também quando tem algum problema de aluno o conselho escolar se reúne, o conselho é quem vai tomar a decisão, tudo é bem de acordo, dependendo da gestão é. (Professora Rebeca, entrevistada, 2017)

Diante da resposta da professora, é possível perceber que apesar da afirmação de que tudo é feito em comum acordo, deixa transparecer que a gestão democrática da escola depende de quem esteja à frente da gestão. Outro ponto que merece destaque na fala da professora é o fato de se remeter à resolução dos problemas referentes à indisciplina para o Conselho Escolar. Pelo discurso da professora, parece que o Conselho só resolve casos de indisciplina na escola. E ainda é enfática ao afirmar que dependendo da gestão tudo é feito de acordo com o Conselho.

Já a supervisora também destaca: “Sim participo, na verdade, de todos no contexto geral quando tem uma tomada de decisões na escola, em todos os momentos a supervisão participa” (Supervisora Julia, entrevistada, 2017).

Desse modo, com a fala da supervisão, enfatizando a participação nos momentos de tomada de decisão, mostra que há um esforço da equipe pedagógica para participar dos processos de tomada de decisões.

Já a gestora diante do mesmo questionamento se posiciona da seguinte forma:

Os momentos decisórios são fundamentais, diante de que eu estou na gestão, então é preciso que eu esteja sempre a frente para poder fazer um trabalho mais

direcionado, de tudo um pouco eu tenho que está presente. (Gestora Mariana, entrevistada, 2017).

Vista de forma superficial as vozes das entrevistadas, poderíamos afirmar que a escola está tentando construir uma prática democrática, fazendo com que as decisões tomadas sejam antecedidas de uma discussão, sendo este um processo decisório participativo. Desse modo, a participação dos segmentos no processo de tomada de decisões é de suma importância para o funcionamento da escola. Entretanto, quando se observa com mais atenção e profundidade, se constata um certo controle das decisões, pois o depoimento da gestora deixa transparecer uma atitude de controle quando afirma que precisa participar de todas as discussões para direcionar o trabalho.

Segundo Libâneo (2012, p.450), a participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar.

Assim, podemos inferir que a participação é fundamental para que haja uma gestão democrática na escola, pois esta possibilita a participação dos segmentos no processo de tomada de decisões e o estabelecimento do diálogo.

De acordo com Libâneo (2015, p.451), o conceito de participação fundamenta-se no princípio da autonomia “[...] como a autonomia se opõe as formas autoritárias de tomada de decisões, sua realização concreta nas instituições dar-se pela participação na livre escolha de objetivos e processo de trabalho [...]”.

A análise das respostas das entrevistadas nos faz perceber que a escola *locus* da pesquisa busca estabelecer uma gestão participativa, dando espaço para o estabelecimento do diálogo e a participação dos segmentos nos momentos decisórios, como apresentado pelas entrevistadas. A busca pela gestão participativa e democrática é importante para que a escola torne-se uma escola autônoma. Porém, ainda há um grande caminho a ser trilhado, pois fica explícito na fala da professora que o projeto pedagógico garante a participação e a democratização dos processos, dependendo do gestor da vez.

Na mesma direção da fala da professora, o depoimento da gestora deixa transparecer uma atitude de controle quando afirma que precisa participar de todas as discussões para direcionar o trabalho.

Diante disto, cabe salientar que para que haja participação não deve haver esse controle, pois a participação dos sujeitos no processo de tomada de decisões é uma ação de autonomia. Desse modo, autonomia não diz respeito à controle. Na visão de Freire (2016), autonomia é compreendida como a conquista da liberdade, na qual o sujeito oprimido se liberta da opressão, por meio da educação. Assim, essa ideia de controle relatada nas entrevistas não é condizente com a liberdade e a autonomia.

4.4.3 Planejamento de atividades: relação entre a equipe técnico-administrativa e a equipe pedagógica

O planejamento das atividades escolares, considerando o que está proposto no projeto pedagógico, também é um processo de tomada de decisões. O planejamento envolve toda uma equipe de profissionais. É importante a participação de toda a equipe neste processo. O planejamento parte desde a semana pedagógica e se faz presente durante todo ano letivo, a partir de encontro semanais. “Planejamento é político, é hora de tomada de decisão” (VASCONCELOS, 2007, p. 41).

Sobre o planejamento das atividades é importante destacar o que responderam as entrevistadas diante do questionamento: como acontece o planejamento das atividades e como é a relação entre a administração, a supervisão e os professores?

Vejamos o que responderam as entrevistadas:

Pronto a gente tem toda a semana um dia que a gente tem hora suplementar que a gente fica para fazer a hora atividade, a gente fica de 17:30 até 21:00 da noite, e como o supervisor a gente se dar muito bem, e tanto faz ser o supervisor da manhã, como o da tarde, é um trabalho feito em conjunto, se tiver alguma coisa que a gente ache que está extrapolando, a gente conversa com ela, se a gente tiver precisando melhorar em alguma coisa ela chama e conversa gente, pelo menos comigo é assim, desta forma. (Professora Entrevistada, 2017).

O planejamento a gente faz em primeiro no início do ano letivo, e na semana pedagógica e a gente faz o acompanhamento sempre semanalmente nas horas atividades e também mensalmente a gente se senta digamos assim, pelo menos uma vez a gente faz toda uma discussão daquele planejamento, onde precisa

melhorar então é feito dessa maneira, mas no real mesmo é feito toda semana na hora atividade (Supervisora, Entrevistada, 2017).

O planejamento de atividade é a hora atividade, acontece uma vez por semana, nas quarta-feira, quando se inicia as 17:00 horas até 21:20 da noite, onde as professora e os supervisores se reúnem e até agora pelo que eu pude observar, o relacionamento é bem positivo (Gestora, Entrevistada, 2017).

Desse modo, fica compreensível na fala das entrevistadas que o planejamento das atividades acontece de forma organizada, de acordo com o determinado pela Secretaria de Educação e a legislação vigente, no qual se fazem presentes os segmentos responsáveis por este planejamento.

Diante disso, percebe-se que falta criatividade por parte da escola para realizar o seu planejamento com autonomia, a partir de suas necessidades, sendo que na perspectiva freiriana a autonomia é também compreendida como criatividade. Lembramos também que na perspectiva freiriana a participação se dá por meio do diálogo e reflexão e não pela execução de tarefas determinada pelos órgãos superiores da educação, tais como Ministério de Educação – ME e Secretaria Municipal de Educação.

Cabe destacar que a hora atividade citada pelas entrevistadas refere-se à unidade de tempo destinada aos estudos, planejamento e avaliação, como também reunião pedagógica. A Lei Federal nº. 11.738, de 16 de julho de 2008, que instituiu o piso nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, mais conhecida como “Lei do Piso”, trouxe algumas inovações, entre elas o artigo nº 4º desta lei que prescreve: “Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos”.

Fazer uma discussão sobre o diálogo entre a equipe pedagógica e de professores presente na fala da diretora é como se a gestão não participasse das discussões pedagógicas, mas ficasse de fora, somente controlando o processo.

Observamos na voz da gestora que a supervisora e os professores participam, o que nos faz compreender que ela não participa deste momento, mas esse momento de planejamento não necessita apenas da equipe pedagógica e professores, o planejamento das atividades também é tomada de

decisões, em que deve se fazer presente a equipe administrativa, pedagógica, de professores e dos diversos segmentos da comunidades escolar.

Diante da perspectiva freiriana o momento da hora atividade [planejamento] é um momento de construção da autonomia, em que vai ser pensado os valores ético-moral e demais conteúdos que possibilitem ao educando a conquista da autonomia.

Segundo Fontes et al. (2014), o planejamento no trabalho docente corresponde às expectativas e desafios a que devem ser encarados no universo das diferenças culturais e sociais dos alunos e dos demais integrantes da comunidade escolar.

Dessa forma, o planejamento é, pois, um instrumento de organização do trabalho pedagógico, sendo fundamental para o funcionamento da escola. Cabe aqui refletir que o momento de planejamento seja ele anual ou semanal, como a hora atividade citada pelas entrevistadas, é um momento que a escola vivencia a autonomia, pois, no processo de planejamento, o que antecede é o diagnóstico, o qual requer uma certa reflexão baseada nas experiências, que segundo Freire (2011), a autonomia se constrói de experiências vivenciadas. Assim é possível perceber que a escola encaminha as discussões, mas ainda precisa desenvolver estratégias próprias, pois esse planejamento que ocorre na escola não é uma decisão totalmente decidida pela escola, mas é algo determinado que vem sendo implantado pelo sistema municipal de educação.

No tópico a seguir, discutiremos o conceito de autonomia, como também as contribuições do PPP para a construção da autonomia na escola, na visão das entrevistadas.

4.5 O CONCEITO DE AUTONOMIA PARA AS ENTREVISTADAS E A CONTRIBUIÇÃO DO PPP PARA A AUTONOMIA NA ESCOLA

Sendo a autonomia o ponto central, ou seja, o conceito principal da nossa pesquisa, é relevante apresentar o conceito de autonomia na concepção das entrevistadas que representam a escola *lócus* da pesquisa.

Deste modo, quando indagadas sobre o conceito de autonomia as participantes assim se posicionaram:

A minha visão de autonomia é a seguinte, eu acho que autonomia, não quer dizer que você deve fazer tudo sem respeitar a hierarquia da escola, você é autônomo desde que você não esteja infringindo as normas da escola, por exemplo, na minha sala de aula eu tenho autonomia de como eu vou trabalhar as minhas aulas, eu sou autônoma em colocar meus limites em minha sala de aula, mas, por exemplo, eu não posso fazer isso onde eu vá infringir o direito dos meus alunos, nem passando por cima das normas da escola, eu tenho que respeitar a hierarquia, mas dentro das normas da escola eu sou autônoma, eu tomo as minhas decisões (Professora entrevistada, Rebeca, 2017).

Ainda sobre a fala da professora, quando esta se refere a respeito, cabe apresentar o que destaca Freire (2011, p.58): “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético [...]”

Assim, este confronto é apenas para mostrar que há muitas maneiras de exercer a autonomia na sala de aula, o que não significa dizer aqui que a professora não exerça, apenas não foi contemplando em sua fala como é essa relação em sala de aula. Mas, de acordo com a fala da professora, seu conceito de autonomia se aproxima do pensamento freiriano, no momento em que o autor também compreende que autonomia é tomada de decisões.

Resta saber se a professora em sua sala de aula estabelece o diálogo na relação professor e aluno, primando pela liberdade e pela reflexão que levam à autonomia e à emancipação do sujeito.

Já a supervisora Julia diz que “Autonomia é você ter capacidade, da gente de gerir e de tomar decisões, neste sentido assim neste contexto.” Na fala da gestora Mariana (2017),

Autonomia é a parte em que você tem que tomar decisões, tem que ter, saber direcionar os momentos na medida certa, tendo a habilidade para fazer a coisa de forma correta, aonde não se vá prejudicar nenhum, para que as coisas caminhem você tem que fazer a coisa acontecer, para isso você tem que ser ousado, autonomia para mim é você ousado, sabendo que vai ser para o bem do grupo, você tem que estar sempre disposto.

Na fala da gestora, cabe destacar que quando ela fala em ousadia nos remete ao pensamento freiriano, quando este discute que autonomia também é criatividade, sendo a criatividade construída pela proposta da educação libertadora.

Assim, diante das falas das entrevistadas sobre o que compreende sobre autonomia, fica claro que para elas autonomia é tomada de decisões, ousadia e disciplina.

O momento de tomada de decisões no âmbito escolar é um momento muito importante que requer dos sujeitos envolvidos autonomia, pois é neste momento que cabe aos sujeitos, de forma geral e individual, a autonomia para se pensar soluções, para se propor novas metodologias. O momento de tomada de decisões é um momento muito democrático da escola. Mas há também momentos de tomada de decisões que são individuais e que também requer uma decisão autônoma.

Por este motivo que as entrevistadas relacionam autonomia a tomada de decisões por que é no momento de tomada de decisões que o sujeito mais exerce sua autonomia, tendo que refletir sobre a decisão a ser tomada.

Nessa direção, Ferreira e Pereira (2007), com base nas ideias de Barroso, apontam que determinada autonomia implica em autogoverno, o que pressupõe a capacidade de os sujeitos agirem de acordo com normas próprias, embora isto não signifique absoluta liberdade ou independência, pois “Autonomia é um conceito relacional (somos sempre autônomos de alguém ou de alguma coisa) pelo que a sua ação se exerce sempre num contexto de interdependência e num sistema de relações” (BARROSO *apud* FERREIRA e PEREIRA, 2007, p. 10).

Outro questionamento lançado no momento das entrevistas foi se as entrevistadas se achavam autônomas. Dessa forma, a professora Rebeca respondeu que “sim”, já a supervisora diz que “em algumas situações me acho” e a gestora diante do mesmo questionamento destacou que:

Em algumas medidas eu posso dizer até que não me achava, mas agora é preciso que seja, diante das circunstâncias, as vezes, a gente toma decisões sem nem, pronto eu poderia muito bem dizer a você que não, eu não me acho autônoma, mas diante das experiências de hoje eu já diria diferente, por que? Por que a direção para mim já é uma nova experiência que eu nunca esperei e hoje eu vejo que diante desta função as coisas estão fluindo de modo que nem eu mesma esperava, então eu posso dizer a você que sim, hoje eu tenho autonomia, ela foi se construindo. (Gestora Mariana entrevistada em 2017).

É possível perceber na fala da gestora o que é contemplado por Freire (2011), como também por Adorno (2000), que o sujeito se torna autônomo a partir das experiências vivenciadas, e é isso que a gestora diz: “mas diante das

experiências de hoje eu já diria diferente [...] Hoje eu tenho autonomia e ela foi se construindo.” Diante disto, de acordo com o pensamento de Freire (2011), a autonomia está centrada em experiência, as estimuladoras da decisão, da responsabilidade e, principalmente, da liberdade, no sentido que a partir desta experiência o sujeito constrói sua autonomia.

Já para Adorno (2000), o sujeito autônomo é aquele que tem a capacidade de refletir sobre o produzido, da mesma forma que consegue se opor à adaptação imposta pela sociedade. Com efeito, o sujeito torna-se autônomo no momento em que adquire experiência.

Nesse sentido, mediante a análise das respostas das entrevistadas é possível perceber que mesmo sem conhecer a discussão proposta pelos autores no que se diz respeito à autonomia, a gestora Mariana se aproximou do conceito de autonomia ao relatar a experiência que está vivenciando, e que por meio dessas experiências e reflexões sua autonomia está se construindo.

Entretanto, é interessante ressaltar que a experiência que Adorno e Paulo Freire se referem não é a tomada de decisões automáticas, de forma repetitiva, mas a reflexão que gera a emancipação e a capacidade da decisão autônoma, inclusive de criticar e se opor às normas e convenções estabelecidas pela sociedade, que na maioria das vezes oprimem e escravizam o indivíduo.

4.6 A AUTONOMIA NO ÂMBITO ESCOLAR: POSSIBILIDADES E LIMITES

Considerando o que já vem sendo exposto neste texto, é perceptível que a autonomia no âmbito escolar é uma necessidade que se faz presente diariamente nas escolas, principalmente nas discussões sobre gestão escolar. Na gestão democrática é necessário dar voz e ouvir a voz dos segmentos que fazem parte da escola, é necessário envolver os segmentos nas tomadas de decisões, é importante ouvir pais, alunos, membros da comunidade e os demais representantes, é relevante que estes sujeitos exerçam sua autonomia, sendo livres para opinar e refletir, junto com a escola, as suas decisões.

Para buscarmos uma educação de qualidade, é importante que tenhamos uma escola democrática e autônoma, pois autonomia também é democracia. Devemos formar cidadãos autônomos, capazes de refletir suas ações, de ter um posicionamento diante dos acontecimentos da sociedade, cidadãos políticos e

emancipados, ou seja, devemos formar cidadãos conscientes, pois como diz Freire (2011), autonomia é conscientização. A escola tem como papel principal formar cidadãos autônomos, pois a educação é que vai trazer o esclarecimento. “o essencial nas relações entre educador e educando, entre autoridade e liberdades, entre pais, mães, filhos e filhas é a reinvenção do ser humano no aprendizado de sua autonomia” (FREIRE, 2011, p. 92).

4.6.1 A autonomia no âmbito da escola na visão dos entrevistados

Nesse ponto questionamos as entrevistadas sobre a existência de ações de autonomia na escola e os momentos de constatação da autonomia no âmbito escolar. Acerca desse questionamento as entrevistadas assim se posicionaram:

No geral eu vejo, eu não acho que essa escola seja uma escola ditadora é como eu tô dizendo a você, as vezes as pessoas confundem, acham que ser autônomo é querer passar por cima das normas da escola e autonomia não é isso, autonomia é você e ter o direito de fazer o seu trabalho, mas fazer o seu trabalho com dignidade, com responsabilidade e respeitando o limite de cada um. (Professora Rebeca, entrevistada 2017).

Sim vejo, eu acho que em todos, eu acho aqui uma escola bem democrática, cada uma dentro do seu contexto, a direção tem as suas autonomia maiores, a autonomia administrativas e tenho no setor pedagógico a autonomia de tomar minhas decisões, mas as que me dizem respeito sabe, e cada um tem dentro do seu segmento. (Supervisora Julia, entrevistada, 2017).

Dentro da escola eu vejo quando eu tomo decisões diante de algumas posições de alguns funcionários, tipo quando você deixa muito a vontade você percebe que a coisas não fluem como deveriam. Então é preciso que você chegue junto, procure sentar e mostrar que aquele caminho não está legal, querendo fazer com as coisa fluam de melhor forma. (Gestora Mariana, entrevistada, 2017).

Diante dessas vozes, cabe refletir que a Escola Municipal Academia do Saber vem buscando diariamente conquistar sua autonomia. Os profissionais que fazem parte dessa escola tentam exercer sua autonomia da maneira que a conceituam. Assim, mais uma vez neste texto vale destacar que para a equipe da escola a autonomia está ligada ao processo de tomada decisões, a escolhas morais e éticas.

Na fala da supervisora Julia ela se refere à divisão da autonomia no âmbito escolar quando trata sobre as autonomias maiores, destacando a

administrativa e pedagógica, o que nos faz lembrar de que na LDB nº 9.394/96 em seu art.15 “Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público”.

Sobre a autonomia pedagógica podemos perceber que a supervisora e professora dizem ser autônomas e exercer sua autonomia diante do seu cargo, destacando sobre o planejamento e a forma como este acontece e a relação de professor aluno em sala de aula. Entretanto, quando analisamos o Projeto Pedagógico da escola, as decisões tomadas pela equipe pedagógica e de professores não apresentam ações que garantam a concretização das metas planejadas.

Sobre a fala da gestora, cabe destacar que em sua visão ela diz vivenciar a autonomia no momento de tomada decisões, mas com relação aos funcionários, demonstrando uma atitude de controle, como se a escola só funcionasse se ela esteve com o controle, justificando que o funcionamento da escola só flui se ela estiver no controle de tudo, não sendo o controle compreendido como atitude autônoma.

4.6.2 A implantação do Projeto Político Pedagógico na escola: autonomia ou manutenção de antigas regras?

A escola pública vem buscando cada dia mais a conquista por sua autonomia. Com toda certeza, é possível destacar que LDB nº 9.394/96 contribui bastante para que essa conquista aconteça; a efetivação da lei faz com as escolas se tornem mais autônomas.

O que se tem percebido é que o discurso da autonomia refere-se à articulação entre liberdade e democracia no processo de tomada de decisão, sendo um momento de extrema participação coletiva dos sujeitos.

Diante desses processos de tomada de decisões, a construção do PPP, assim como o momento de avaliação são momentos que oportunizam a escola

a demonstrar sua autonomia, ao construí-la, sendo que esse é o momento de decisões coletivas e de reflexões.

Segundo Cavagnari (2011, p. 99), o PPP é:

[...] o elemento balizador da autonomia administrativa, pedagógica, financeira e jurídica: é o instrumento que orienta e possibilita operacionalizar a autonomia na escola. Assim, o projeto político pedagógico e a autonomia são processos indissociáveis [...].

A seguir, apresentamos os resultados dos questionamentos lançados às colaboradoras da pesquisa quando questionadas sobre a autonomia e o PPP. Nesse item as entrevistadas foram indagadas sobre a autonomia conquistada pós a implantação do PPP.

Sobre esse questionamento, vejamos o que elas responderam:

Em algumas coisas sim, por exemplo, na questão de decisão, um exemplo sobre um aluno, a questão da farda é uma das coisas que está colocada no projeto político pedagógico da escola, então é assim se o pai reclamar a escola está amparada por que ela tem essa cláusula dentro do regimento, está no PPP, eu acho que o regimento é fundamental para que a escola funcione tudo direitinho, é como um professor sem planejamento ele não consegue dar aula, ele não trabalha bem, o PPP da escola do mesmo jeito para que a escola caminhe baseada na lei ela precisa deste projeto político pedagógico. (Professora Rebeca, entrevistada, 2017)

Melhorou bastante, por que dentro do projeto político pedagógico a gente coloca todas aquelas atividades inerente ao contexto das dimensões, as dimensões administrativas colocam suas partes, nós colocamos nossa parte a pedagógica, o conselho também, então tudo dentro daquele contexto então fica bem melhor, é um respaldo que a gente tem de acompanhamento. (Supervisora Julia, entrevistada, 2017)

Sobre o projeto político pedagógico eu não estava presente quando foi elaborado, mas eu já tenho conhecimento do próprio e posso dizer que diante da formação deste projeto, sim a escola alcançou a autonomia, pois este projeto trilha um caminho que a escola deve seguir e por ele é que a escola cria e tem sua autonomia, porquê? – por que ele é a base do segmento da escola, o projeto político pedagógico já está dizendo é a política da escola, então a gente não pode sair dele a gente tem que trilhar por ele, então ele nos dá autonomia de tudo dentro da escola (Gestora Mariana, entrevistada, 2017)

Nas vozes das entrevistadas é perceptível compreender que a escola tem se esforçado para estabelecer o diálogo e para definir a política da escola, mas percebe-se também na fala dessas entrevistadas que se utilizou o PPP- um

instrumento de diálogo, de participação nos processos decisórios e de definição da política para manter valores antigos - como a obrigatoriedade do uso da farda - para respaldar atitudes e para cumprir uma exigência legal.

De acordo com o pensamento de Veiga (2011), o PPP é a identidade da escola, é ele que apresenta a escola por um todo à comunidade. Desse modo, por meio da fala da professora, fica visível que a escola apresenta aspectos da tendência conservadora e tradicional de ensino. Cabe destacar que tais práticas não são condizentes com o conceito de autonomia defendido por Freire e concebido como fundamentação para as análises neste estudo.

Outro ponto relevante é a importância que a gestora atribui ao PPP, pois mesmo estando há pouco tempo na escola, ela já consegue ter um bom domínio da situação atual da instituição, como também conhecimento sobre o seu PPP e seu regimento.

Outro questionamento lançado às entrevistadas foi acerca da autonomia a ser conquistada via PPP e em quais momentos vislumbram essa autonomia no documento escrito. Vejamos suas respostas:

Neste sentido por que você se sente segura para tomar as decisões por que você sabe que está amparada por lei, por que não é, as vezes é assim as pessoas acham que se você seguir as normas você está sendo obrigada, não todo mundo tem que saber que em qualquer lugar que você viva você tem que saber que existe normas, existe normas na casa da gente, existe normas no local de trabalho, existe normas na sociedade, se você não respeita essa normas e você não sabe até onde vai seu direito, você não vai trabalhar bem, mas se você sabe isso aí você trabalha bem em qualquer lugar e reconhecer que existe uma hierarquia, aquela que você deve procurar quando precisar e estiver passando por alguma necessidade. (Professora Rebeca, entrevistada, 2017).

Já na fala da supervisora, ela destaca, “Eu creio que em todos, agora mais especificamente no meu, no momento pedagógico, para a gente tomar as decisões” (Supervisora Julia entrevistada, 2017).

Para a gestora,

O projeto político pedagógico ele nos dá autonomia, ele tem autonomia quando ele próprio direciona a escola, podemos dizer assim a sua própria doutrina a sua lei, então ele tem sim essa autonomia, a qual ele nos dá autonomia, primeiro ele tem autonomia por que ele está regido por aquela lei, aquela demanda que ele tem e dele é que a gente vai ter a autonomia para trabalhar. (Gestora Mariana, entrevistada, 2017).

Diante do que foi colocado pelas entrevistadas, elas apontam ser possível ver a autonomia no PPP, vendo o documento como um instrumento viabilizador da autonomia da escola.

A professora Rebeca se refere à autonomia como respeito às normas e à hierarquia. Mas autonomia é participação, democracia, tomada de decisões, portanto, a limitação é uma forma de oprimir e privar o outro de conquistar a autonomia e a liberdade.

Na sua fala, a professora destaca que a sala de aula é um momento de suma importância na relação professor/aluno para a construção da autonomia, pois na sua visão deve haver o diálogo entre professor e aluno. Entretanto, a professora confunde autonomia com a condição de impor normas aos alunos e a submissão como respeito à hierarquia.

Assim, é compreensível nas respostas das entrevistadas que estas veem o PPP como transmissor de segurança, entretanto, a segurança que elas deixam transparecer é voltada para assegurar o controle sobre a equipe na execução dos trabalhos.

Diante do que foi dito pelas entrevistadas, percebemos que após a implantação do PPP na Escola Municipal Academia do Saber, os sujeitos que fazem parte dela passaram a utilizar o documento como instrumento de garantia de controle e adoção de normas que possibilitem abonação às atitudes tomadas pela gestão.

Mas esse não é o objetivo do PPP, que é um instrumento de gestão democrática, participativa e autônoma que possibilita a autonomia escolar para a realização de suas metas e ações, ajudando a escola a vivenciar uma educação de qualidade que possibilite a seu educando a conquista de sua autonomia, tornando-o um cidadão crítico e reflexivo, capaz de atuar nas discussões da sociedade na qual está inserido.

Portanto, podemos inferir que para conquistar esta autonomia sonhada a escola ainda precisa trilhar suas próprias diretrizes, pois a autonomia que contempla o PPP e a escola em si é a autonomia proposta pelas leis que regem a educação. Desse modo, a escola precisa repensar sua autonomia atual, para que se concretize a sua autonomia, sendo esta a que é colocada por Freire em seus escritos, uma autonomia libertadora, crítica e reflexiva, que se construa a

partir das experiências. Estas experiências permitem a subjetividade autônoma da escola, sendo esta formada por sujeitos com diversas subjetividades.

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A construção deste trabalho se deu na perspectiva de responder questionamentos que surgiram após os resultados da pesquisa de trabalho de conclusão de curso – TCC, do curso de graduação em Pedagogia, pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, sendo a pesquisa intitulada “O projeto político pedagógico como instrumento viabilizador da melhoria da qualidade do ensino e da conquista da autonomia escolar e da democratização da gestão”. O referido trabalho tinha por objetivo geral investigar como se realizava o processo de elaboração e de acompanhamento do Projeto Político Pedagógico – PPP de duas escolas do município de Areia Branca – RN, o que em seus resultados alcançados destacou-se nas vozes dos sujeitos da pesquisa que com a implementação do PPP, as escolas passaram a ganhar mais autonomia. É relevante destacar que no processo de construção desta dissertação foi se trilhando um caminho para se chegar a essa proposta, pois a pergunta de partida inicial, vem destes resultados, mas estava formulada de outra forma.

Outro ponto a destacar é que este estudo também é continuidade da formação acadêmica, formação essa que me proporcionou vivenciar o mundo das políticas educacionais e públicas, possibilitando a vivência na pesquisa, por meio de da participação em projetos de pesquisa como já destacados no corpo deste trabalho.

Nesse sentido, a pesquisa aqui apresentada nos trouxe resultados satisfatórios, no momento em que nossos objetivos foram alcançados. Desse modo, após os estudos realizados, tanto no que se refere ao levantamento no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento Profissional de Pessoas do Nível Superior - CAPES e as leituras dos autores destacados no decorrer desta pesquisa, apontam para a preocupação dos pesquisadores no sentido de compreender as políticas educacionais em vigor no nosso país, como também analisar como se dá o processo de construção do PPP da escola e como esse processo tem contribuído para a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem, para a democratização dos processos escolares e para a conquista da autonomia escolar.

Nesta pesquisa, foram identificados dados sobre a contribuição do PPP para construção da autonomia. Nessa direção, as pesquisas já realizadas com outros objetivos apontaram que a escola busca diariamente conquistar sua autonomia por meio de estratégias para melhorar a qualidade do ensino. Desse modo, cabe apresentar o resultado encontrado por Marques (2003, p. 595), que em suas considerações finais destaca que:

[...] o projeto político-pedagógico vem contribuindo na construção da autonomia nas escolas da Rede Municipal de Ensino do Cabo de Santo Agostinho, uma vez que leva a comunidade escolar a participar de seu planejamento. O projeto possibilita, assim, a organização do trabalho da escola calcado na participação coletiva e instituindo práticas democráticas no cotidiano escolar. Essa é, contudo, uma caminhada que está apenas no início e precisa ainda solidificar-se.

Corroborando com essas considerações de Marques (2003) sobre a contribuição do PPP para o processo de construção da autonomia, destacamos as ideias de Castro Neves (1998, p. 34), quando defende que: “o princípio básico do projeto político pedagógico é dar à escola a autonomia que durante muito tempo lhe foi negada”. Para tanto, deve ser construído de forma participativa e solidária, isto é, sendo fruto de uma elaboração coletiva e democrática, que requer um compromisso pessoal e institucional.

Dessa maneira, esta primeira parte da pesquisa contempla nossos objetivos, mostrando que as pesquisas já realizadas discutem que o PPP tem contribuído para a conquista da autonomia nas escolas públicas, como também que os pesquisadores da região Nordeste estão preocupados com a efetivação das políticas públicas, em especial, no que se refere ao PPP e as contribuições deste para a melhoria da qualidade do ensino e para a gestão democrática das escolas e universidades.

Vale destacar que esta temática do PPP e a autonomia ainda é pouco contemplada na região, o que nos possibilita perceber que esta pesquisa irá contribuir tanto para novos pesquisadores que se empenhem a discutir esta temática, quanto para compreensão das discussões políticas na região Nordeste e, de forma especial, no município de Areia Branca /RN.

A segunda parte de pesquisa foca-se em destacar as contribuições do PPP para a construção da autonomia escolar. A pesquisa documental buscou

analisar as atas das reuniões do Conselho Escolar e o PPP da Escola Municipal Academia do Saber.

Na pesquisa documental, a análise da ata de reunião do Conselho Escolar, nos mostrou que o Conselho Escolar da escola *lócus* da pesquisa não se mantém ativo, pois só há registro de apenas uma reunião, por ano. Vale salientar que esta reunião, geralmente, tem como objetivo resolver caso de indisciplina de aluno. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seus artigos (14 e 15) garante a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares, enquanto princípio de gestão democrática do ensino:

Uma vez eleito a atuação dos Conselhos Escolares se divide entre as funções deliberativa, consultiva, fiscalizadora e mobilizadora e pedagógica. No que diz respeito à função deliberativa, cabe ao Conselho à tomada de decisões relativas a diretrizes pedagógicas, administrativas e financeiras quanto ao direcionamento das políticas públicas, desenvolvidas no âmbito escolar. A função consultiva refere-se à emissão de pareceres para dirimir as dúvidas no âmbito pedagógico, administrativo e financeiro. A função fiscalizadora requer o acompanhamento e fiscalização da gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar. A função mobilizadora consiste na busca de apoio da comunidade escolar e local quanto à melhoria da qualidade do ensino, acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes. Por fim, a função pedagógica refere-se ao acompanhamento das ações pedagógicas desenvolvidas, com o objetivo de identificar problemas e sugerir alternativas para melhoria de desempenho dos alunos. (Site Infor Escola, acesso em: 04/08/2017).

Desse modo, de acordo com o que foi observado na ata de reunião do Conselho Escolar é que este não está funcionando da forma que deveria funcionar, não estando ativo diante da fiscalização, das diretrizes pedagógicas por meio do acompanhamento. Outro ponto que fica claro na ata é que não é visível a autonomia dos sujeitos na descrição dos encontros.

Ao analisamos o PPP da escola, na tentativa de compreender como a sua implantação tem contribuído para a construção da autonomia da escola, chamamos a atenção para alguns apontamentos os quais elencamos ao longo dessas considerações.

O primeiro ponto a destacar é que a última atualização do PPP ocorreu no ano de 2016, não havendo nenhuma discussão sobre o acompanhamento e

a avaliação do referido projeto que tenha culminado na sua atualização neste ano de 2017.

Buscamos identificar no PPP pontos que destacassem a participação dos segmentos nos momentos decisórios da escola e no estabelecimento do diálogo. Consideramos que no documento observado as metas e os objetivos a serem alcançados pela escola são postos na perspectiva de aderir aos programas e projetos prontos, advindos da administração central, o que possibilita a compreensão de que não é identificada no PPP a autonomia da escola e de seus sujeitos na elaboração de projetos, a partir das necessidades e problemas enfrentados na realidade cotidiana da escola.

Outro ponto é que a escola não busca elaborar projeto e ações de acordo com suas necessidades e especificidades, mas sim se mantém a espera da Secretaria de Educação do município, o que nos faz perceber que não há autonomia e até mesmo iniciativa para elaborar seus próprios planejamentos e para definir ações e metas.

Sobre o planejamento das atividades e a relação entre a equipe pedagógico-administrativa e equipe de professores, foi possível constatar durante a análise do PPP da escola a falta de intencionalidade no cumprimento das proposições, principalmente, no que se refere à unidade na relação entre a equipe diretiva e a equipe técnico-pedagógica.

Foi observado, ainda, no planejamento estratégico da escola para o ano de 2016, que é parte do PPP, propostas de metas e objetivos da dimensão pedagógica a serem atingidos ao longo do ano, mas não se constatou nenhuma ação específica que permita o alcance das metas. Desse modo, é possível perceber um descompasso entre o que foi discutido pelas equipes, pedagógica e de professores que planejaram as ações propostas no PPP e a equipe administrativa que não consegue garantir a concretização do objetivo proposto.

Essa constatação pode ser considerada mais um indício de que não é possível identificar a autonomia na escola, partindo da observação que as equipes pedagógica e de professores propõem em seu planejamento um objetivo/meta e a equipe administrativa não garante ações e estratégias para sua concretização. Isso nos leva a inferir que o PPP da escola é apenas um documento que foi elaborado para o cumprimento de uma exigência legal.

Sobre a autonomia no PPP, observamos que esse documento apresenta princípios que destacam a intencionalidade de formação de um sujeito autônomo, reflexivo e crítico, mas ao mesmo tempo, em outros pontos, como por exemplo, na avaliação, é possível perceber uma metodologia avaliativa fundamentada na tendência pedagógica de ensino tradicional a qual submete o aluno a um processo de avaliação por meio de provas, notas e médias, não sendo estas características, condizentes com uma avaliação formativa que vise à construção da autonomia proposta no documento. Aqui, mais uma vez, vislumbra a falta de intencionalidade no cumprimento das metas propostas no PPP.

É relevante refletirmos que ao se tratar de quantitativos referentes a notas de avaliações, cabe aqui apresentar que este resultado quantitativo esperado pela escola não significa que esta esteja formando um sujeito autônomo e nem que bons resultados representam autonomia. Um exemplo é o resultado do IDEB, no qual a Escola Municipal Academia do Saber obteve no último ano, nota superior a projetada pelo MEC para o ano de 2015. Desta feita, a nota projetada pelo MEC era de 4.0, já a nota alcançada pela escola foi 4.3. Mesmo com esse resultado, a pesquisa mostra que quantitativo não representa autonomia, pois tanto o PPP quanto os dados coletados por meio das entrevistadas, sinalizam que a Escola Municipal Academia do Saber ainda não conquistou a autonomia desejada, pois a autonomia apresentada pela escola é aquela proposta pelas leis que regem a educação, sendo estas estaduais municipais e federais.

Sobre a participação dos segmentos por ocasião da elaboração do PPP da escola, cabe enfatizar que das entrevistadas, a única que passou por todo esse processo, desde as primeiras discussões no município de Areia Branca, foi a supervisora, quando na oportunidade fazia parte da equipe da Secretaria Municipal de Educação. Já a professora também fez parte desse processo, mas diferente da supervisora, quando a discussão chegou às escolas e apenas a gestora não participou, pois na oportunidade não atuava na escola *lócus* da pesquisa.

Quanto à elaboração do PPP ocorrida no ano de 2002, verificou-se que se deu com a participação de todos os segmentos que fazem parte da equipe escolar. Para elaboração desse documento foram realizados encontros com a equipe, quando na oportunidade estes apresentaram pontos que pretendiam

alcançar em seu setor. Diante da fala dos entrevistados sobre esse processo foi possível perceber que a Secretaria Municipal realizou um esforço para se trabalhar a formulação do documento, como também as escolas do município. Na escola *lócus* da pesquisa, observou-se que os segmentos participaram deste processo, vivenciando esse momento de democratização e autonomia na escola. Porém, observou-se tanto na análise dos documentos quanto na fala das entrevistadas que a participação foi muito mais na forma de concessão do que conquista, pois havia uma exigência legal para a elaboração do PPP com a participação dos segmentos.

Sobre o processo de atualização do PPP, concluímos de acordo com relato dos sujeitos da pesquisa ao destacar aqui a fala da supervisora que mostrou que o documento é atualizado anualmente, entretanto, no decorrer de sua fala ela deixa transparecer que este só é atualizado de dois em dois anos. Sobre a metodologia utilizada para esta atualização, a supervisora coloca que é realizada uma reunião com a participação dos segmentos para discutir o que vai ser atualizado. Destaca ainda que esse processo é coordenado pela equipe gestora, ainda completa que percebe não haver autonomia por partes de alguns representantes dos segmentos.

Já a professora aponta que no processo de atualização do PPP, as decisões são tomadas em comum acordo, mas deixa transparecer que a gestão democrática da escola depende de quem esteja à frente da gestão. Outro destaque na fala da professora é o fato de se remeter aos problemas referentes à indisciplina para o Conselho Escolar. Pelo discurso da professora parece que o Conselho só resolve casos de indisciplina na escola. Isso também foi constatado na análise das atas do Conselho Escolar.

Sobre o planejamento de atividades e a relação entre a equipe técnico-administrativa e equipe pedagógica, foi possível observar que o planejamento das atividades acontecem de forma organizada e a escola segue as determinações da Secretaria de Educação e a legislação vigente o planejamento ocorre no momento da hora atividade no qual se fazem presentes os segmentos responsáveis por este planejamento.

É mister enfatizar que apesar de todo controle por parte dos órgãos superiores e de todos os equívocos aqui constados acerca da autonomia na

escola, a relação entre equipe de supervisão e de professores é o espaço que mais se vislumbra autonomia na discussão propiciada pelo PPP.

Ao comparar o planejamento das atividades propostas no PPP e as respostas das entrevistadas, constatou-se que este planejamento não se concretizava, uma vez que o estava proposto no PPP a escola não consegue concretizar.

Sobre o conceito de autonomia citado pelas entrevistadas é concebido como tomada de decisões, capacidade de gerir; em parte este conceito de autonomia aproxima-se do pensamento dos autores discutidos neste trabalho. Entretanto, na prática, a autonomia não é vivenciada, pois na maioria das vezes, as decisões mais importantes não são definidas pela equipe escolar, mas sim determinadas pela Secretaria de Educação.

Sobre a autonomia no âmbito da Escola Municipal Academia do Saber foi possível compreender que esta tem tentado tomar decisões a partir do diálogo, mas, de acordo com análise do PPP essa construção da autonomia da escola ainda caminha em passos lentos, pois a escola toma suas decisões por meio das determinações encaminhadas pela Secretária de Educação e pelos órgãos maiores.

Diante disto, na perspectiva freiriana de que autonomia é tomada de decisões, reflexão e reconstrução do novo por meio de experiências, podemos concluir que as decisões tomadas não são decisões totalmente autônomas, uma vez, que as mesmas são discutidas e pensadas para cumprir as determinação dos órgãos superiores.

Após a implementação do PPP na escola, foi possível constatar que na Escola Municipal Academia do Saber, os sujeitos apontam que com a implementação do PPP a escola passou a ganhar autonomia. Mas diante do confronto da análise do PPP e da fala dos sujeitos, é possível perceber que o documento está na escola, mas para cumprimento de normas e diretrizes do que para transmitir a identidade da escola e suas metas e objetivos para alcançar uma educação de qualidade.

Os dados apontam para o fato de que com a implantação do PPP, os sujeitos passaram a utilizar o documento como instrumento de garantia de controle e adoção de normas que possibilitem abonação das atitudes tomadas pela gestão. Tal prática não é condizente com os objetivos de um Projeto Político

Pedagógico, que é um instrumento de gestão democrática, participativa e autônoma e que pode conferir à escola autonomia para realização de suas metas e ações.

Por fim, consideramos que a escola precisa repensar sua atuação atual, para que possam alcançar a conquista da autonomia. Desse modo, autonomia que é colocada por Freire reflete em uma autonomia libertadora, crítica e reflexiva, que se constrói a partir das experiências vivenciadas, possibilitando aos sujeitos a liberdade e criatividade nos planejamentos da escola e, principalmente, na busca por uma educação de qualidade que prime pela liberdade e autonomia.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Tradução de W. Leo Maar, São Paulo: Paz e Terra, 2006.

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **A dialética do esclarecimento**. Tradução de Guido Antônio Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

ALBINO, Ângela Cristina Alves. **Projeto Político-Pedagógico em enunciação política**: uma análise da prática discursiva docente. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

BAIOCCHI, Juliana Cristina Chaves Buldrin. **Formação do coordenador pedagógico na construção do Projeto Político-Pedagógico das escolas da rede municipal de Hortolândia**: desdobramentos de uma história. 2012. 212 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2012.

BARBOSA, Samara Wanderley Xavier. **Projeto Político Pedagógico como espaço discursivo na prática social da escola**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

BARBOSA, Maria do Socorro Ribeiro. **Projeto Político Pedagógico, um planejamento institucional, uma ação possível e desafiadora para os Sistemas de Ensino**: um estudo de caso em uma escola pública de Belém. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>> Acesso em: 13 jan. 2015.

_____. **Lei nº 13. 005**, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 13 jan.. 2015.

_____. **Lei nº 10.172**, de 09 de Janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília. 2001.

BUSSUMANN, Antônia Carvalho. O projeto político-pedagógico e a gestão da escola. *In*: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto político-Pedagógico da escola**: uma construção possível. 17. ed. Capinas: Papyrus, 2004.

CAPES. **Banco de Teses**. [On-line] Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>> Acesso em: 12 abr. 2016

CASTRO NEVES, Carmem Moreira de. Autonomia da Escola Pública: um enfoque operacional. *In*: VEIGA, Ilma. Passos. Alencastro. (Org.) **Projeto**

político-pedagógico da escola: uma construção possível. 17. ed. Campinas: Papirus, 2004.

CAVAGNARI, Luiza Borsato. Projeto político-pedagógico, autonomia e realidade escolar: entraves e contribuições. *In*. VEIGA, Ilma. Passos. Alencastro (Org.) **Escola espaço do projeto político-pedagógico**. 17. ed. Campinas: Papirus, 2011.

COSTA, Lucielio Marinho da. **A construção do Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Tradantes - Mari - PB:** desafios e possibilidades para a educação no campo. 2010. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

DICIONÁRIO AURÉLIO ONLINE. Verbetes: Autonomia. Disponível em: <<http://www.dicionariodoaurelio.com/Autonomia>>. Acesso em: 29 dez.. 2016.

DUDA, Ana Karla. **O desafio de ser mulher negra no Brasil**. 2012. Disponível em: <<http://observatoriofeminino.blog.br/elas-por-elas/o-desafio-de-ser-mulher-e-negra-no-brasil/#.WYaBlITyvIU>> Acesso em: 05 jun. 2017.

FEITOSA, Sônia Couto Souza. **Método Paulo Freire:** princípios e práticas de uma concepção popular de Educação. 1999. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1999.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário de Língua Portuguesa**. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FONSECA João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. (Apostila).

FONTES, Amanda Aparecida da Silva Gomes. et al. O planejamento da ação docente: relato de experiências dos pebidianos de geografia. *In*: CARVALHO, Ana Maria de. et al. (Org.). **Veredas da Formação Docente**. Mossoró/ RN: Edições UERN, 2014, p. 77-84.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 24. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

_____. **Pedagogia da autonomia**. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia da esperança**. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GARCIA, Luciane Terra dos Santos. **O Projeto Político-Pedagógico na perspectiva de consolidação da cultura organizacional e da autonomia da escola**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

GERMANO, José Wellington. A quarenta horas de Angicos. *In Revista Educação & Sociedade*, ano XVIII, n. 59. ago. 1997, p. 389-393. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v18n59/18n59a08.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, Isac Pimentel. **Gestão Acadêmica do Projeto Político-Pedagógico dos Cursos de Ciências Contábeis**: entre as recomendações legais e as vivências nos bastidores da coordenação de curso. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2011.

LIMA, Regina Maria de Souza. **Projeto Político Pedagógico, na perspectiva freiriana**: participação e diálogo. 2011. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo, 2011.

LIMA, Geraldo Freire de. **Autonomia e emancipação em Kant e Adorno**: um paralelismo conceitual pela via pedagógica. 2013. 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Elisa D. Afonso de. **Pesquisas em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, Marinalva Sousa Macedo. **A construção do Projeto Político-Pedagógico das Escolas do Campo**: contribuições teórico-práticas para a realidade maranhense. 2013. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

MARQUES, Luciana Rosa. **Projeto Político Pedagógico**: construindo a autonomia da escola pública? As representações sociais dos conselheiros. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

_____. O Projeto Político Pedagógico e a construção da autonomia e da democracia na escola nas representações sociais dos conselheiros. *In: Educ. Soc.*, Campinas, v. 24, n. 83, p. 577-597, ago. 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. et al: Pesquisa Social: teoria método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1996.

MIRANDA, Carleane Oliveira de; SOUSA, Marinalda Pereira de. A mulher negra e seus desafios na sociedade moderna. *In. II CONEDU – Congresso Nacional de Educação*. 2015 Campina Grande – PB. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV04_5_MD4_SA9_ID5777_07092015110906.pdf> Acesso em: 05 ago.2017.

PINHO, Ruth Carvalho de Santana. **Racionalidade e Projeto Político-Pedagógico**: um olhar a partir do Currículo e do relato das Práticas Docentes de professores do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Ceará.

2010. 254 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Colaboradores José Augusto de Sousa Perez (et. al.). **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SALES, Josete de Oliveira Castelo Branco. **Formação docente no CED / UECE: os caminhos percorridos na construção do projeto político-pedagógico**. 2006. 69 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

SAMPAIO, Marisa Narcizo; SILVA, Francisco Canindé da. Cinquentenário das “40 horas de Angicos”: memória presente na educação de jovens e adultos. *In: Revista Brasileira de Educação*, v. 20, n. 63, p. 925-927, Rio de Janeiro, dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu-20-63-0925.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

SANTOS, Ana Cristina de Mendonça. **O Projeto Político Pedagógico como instrumento de mudança organizacional: limites e possibilidades**. 2009. 219 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetórias, limites e perspectivas**. Campinas-SP: Autores Associados, 2004.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **A História das Ideias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas**. 2. ed. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 1999. Disponível em: <[http://www.paulofreire.ufpb.br/paulofreire/Files/livros/Scocuglia-A historia das ideias de Paulo Freire.pdf](http://www.paulofreire.ufpb.br/paulofreire/Files/livros/Scocuglia-A%20historia%20das%20ideias%20de%20Paulo%20Freire.pdf)>. Acesso em: 05 ago. 2017.

SILVA, Deise de Oliveira da. **A Construção do Projeto Político Pedagógico numa perspectiva democrática: uma experiência na rede Municipal De Ensino em Santo André, SP**. 2009. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2009.

SILVA, Tatiane Campelo da. **Autonomia pedagógica: um estudo das possibilidades e limites nas escolas estaduais do município de Natal**. 2003. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico**. 10. ed. São Paulo, SP: Libertard, 2007.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: plano de ensino aprendizagem e projeto educativo**. São Paulo: Libertad, 1995.

_____. **Planejamento:** Para onde vai o professor? 8. ed. São Paulo: Libertard, 2001.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção coletiva. *In:* _____ (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola:** uma construção possível. 17. ed. Campinas, SP: Papirus, 2004, p. 11-35.

_____. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. *In:* VEIGA, Ilma. Passos. Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de (Org.). **Escola espaço do projeto político-pedagógico.** 17. ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.

VIANA, Nália. **A conquista do espaço pela mulher negra na sociedade brasileira.** 2008. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-conquista-do-espaco-pela-mulher-negra-na-sociedade-brasileira/12000#ixzz4ow9U2chz>>
Acesso em: 05 jun. 2017.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – POSEDUC
LINHA DE PESQUISA: POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO.

Sobre o Entrevistado:

- 1) Qual a sua formação?
- 2) Há quanto tempo trabalha na educação?
- 3) Há quanto tempo trabalha nesta escola?
- 4) Qual função?

Sobre a participação nos processos decisórios e o estabelecimento do diálogo na escola:

- 5) Participou da última atualização do Projeto Político Pedagógico?
- 6) Você costuma participar dos momentos decisórios da escola? Quais?
- 7) Qual a sistemática adotada pela escola para os momentos de tomadas de decisões?
- 8) Como acontece o planejamento de atividades, e como é a relação entre a supervisão e os professores?
- 9) Quais os colegiados existente na escola? Você participa de algum? Como são tomadas as discussões e as tomadas de decisão?

Sobre Autonomia:

- 10) O que você compreende por autonomia?
- 11) Você se acha autônomo?
- 12) Em quais momentos você se vê com autônomo no seu cargo?
- 13) Você vê autonomia dentro da escola? Em quais momentos?
- 14) Você vê a autonomia presente na relação da gestão? E na relação entre os professores e os coordenadores pedagógicos?
- 15) Qual a relação que você faz entre educação e autonomia?
- 16) A escola possui um regimento interno?

Sobre autonomia e Projeto Político Pedagógico:

- 17) Você acredita que pós a implantação do Projeto Político Pedagógico a escola passou a conquistar autonomia?
- 18) Você vê autonomia no Projeto Político Pedagógico? Em que momento?



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
 FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE
 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DE
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – POSEDUC
 LINHA DE PESQUISA: POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO.

QUESTÕES	(PROFESSORA)	(SUPERVIDORA)	(GESTORA)
SOBRE O ENTREVISTADO			
Qual a sua formação?	R.: Minha formação, tenho nível superior completo	R.: Pedagogia com habilitação em supervisão escolar	R.: Pedagogia, Especialização em Gestão escolar, formada pela Universidade do Vale do Acaraú - UVA
Há quanto tempo trabalha na educação?	R.: 27, anos.	R.: 37, anos.	R.: Bastante tempo, somando desde o início, desde meus dezoito anos, lecionando em sala de aula no infantil, desde então já são quase 20 anos.
Há quanto tempo trabalha nesta escola?	R.: 11 anos.	R.: 13 anos.	R.: Nesta escola comecei este ano, com a gestão direção da escola. 03 meses.
Qual sua função atualmente?	R.: Eu sou professora, atuo em sala de aula	R.: Supervisora	R.: Gestora

SOBRE A PARTICIPAÇÃO NOS MOMENTOS DECISÓRIOS			
Participou da última atualização do Projeto Político Pedagógico?	R.: Sim, houve uma reunião e a gente participou das ações que iriam ser colocadas no projeto político pedagógico	R.: Sim participei	R.: Não, pois como já disse iniciei este ano na escola, mas vamos ter um estudo aonde vamos sentar para rever neh, as partes que mante e as que são preciso fazer mudanças
Você costuma participar dos momentos decisórios da escola? Quais?	Costumo a escola aqui ela é bem democrática, na minha visão, é claro dependendo de quem seja o gestor, quando tem alguma coisa aqui por exemplo: vai haver um projeto, a gente senta para entra em um acordo para ver como será aquele projeto, quais atividades dica melhor para quem tem mais habilidades, é bem, certo, também quando tem algum problema de aluno o conselho escolar se reúne, o conselho é quem vai tomar a decisão, tudo é bem de acordo, dependendo da gestão é.	Sim participo, na verdade de todos no contexto geral quando tem uma tomada de decisões na escola, em todos os momento a supervisão participa.	Os momentos decisórios são fundamentais, diante de que eu estou na gestão, então é preciso que eu esteja sempre a frente para poder fazer um trabalho mais direcionado, de tudo um pouco eu tenho que está presente.
Qual a sistemática adotada pela escola para os momentos de tomadas de decisões?	É como isso que eu acabei de lhe falar, é dessa forma	Nós costumamos fazer assim, fazemos uma reunião, primeiro com o conselho escolar, depois a gente faz uma reunião geral e toma aquela decisão adequada ao momento.	Geralmente fazemos reunião com todos os funcionários e dependendo de qual assunto reunimos a equipe direcionada ao que vai ser discutido.
Como acontece o planejamento de atividades, e como	Pronto a gente tem toda a semana um dia que a gente tem hora	O planejamento a gente faz em primeiro no início do ano letivo, e	O planejamento de atividade é a hora atividade,

<p>é a relação entre a supervisão e os professores?</p>	<p>suplementar que a gente fica para fazer a hora atividade, a gente fica de 17:30 até 21:00 da noite, e como o supervisor a gente se dar muito bem, é tanto faz ser o supervisor da manhã, como o da tarde, é um trabalho feito em conjunto, se tiver alguma coisa que a gente ache que está extrapolando, a gente conversa com ela, se a gente tiver precisando melhorar em alguma coisa ela chama e conversa gente, pelo menos comigo é assim, desta forma.</p>	<p>na semana pedagógica e a gente faz o acompanhamento sempre semanalmente nas horas atividades e também mensalmente a gente se senta digamos assim, pelo menos uma vez a gente faz toda uma discussão daquele planejamento, onde precisa melhorar então é feito dessa maneira, mas no real mesmo é feito toda semana na horar atividade</p>	<p>acontece uma vez por semana, nas quarta-feira, quando se inicia as 17:00 hs até 21:20 da noite, onde as professora e os supervisores se reúnem e até agora pelo que eu pude observar, o relacionamento é bem positivo</p>
<p>Quais os colegiados existente na escola? Você participa de algum?</p>	<p>Bem a gente tem o conselho escolar que é formado por membros da escola e membros da comunidade escolar de fora, esse ai eu sei que tem, bem com o PPP, todos participam vem as ações.</p>	<p>Atualmente não tem nenhum colegiado, está se pensando na formação do grêmio escolar, mas ainda não está funcionando ele está só na ideia.</p>	<p>Atualmente não tem nenhum colegiado, aqui nós temos o fundamental I e a turma da EJA.</p>
SOBRE AUTONOMIA			
<p>O que você compreende por autonomia?</p>	<p>Mulher a minha visão de autonomia é a seguinte, eu acho que autonomia, não quer dizer que você deve fazer tudo sem respeitar a hierarquia da escola, você é autônomo desde que você não esteja fugindo sobre as normas da escola, por exemplo na minha sala de aula eu tenho autonomia de como eu vou trabalhar as minhas aulas, eu sou autônoma em colocar meus limites</p>	<p>Autonomia é você ter o (pausa) é capacidade da gente gerir, pronto de tomar decisões, neste sentido assim neste contexto.</p>	<p>Autonomia é a pete em que você tem que tomar decisões, tem que ter, saber direcionar os momentos na medida certa, tendo a habilidade para fazer a coisa de forma correta, aonde não se vá prejudicar nenhum, para que as coisas caminhem você tem que fazer a coisa acontecer, para isso você tem que ser ousado, autonomia para mim é você ousado, sabendo que vai ser</p>

	em minha sala de aula, mas por exemplo eu não posso fazer isso onde eu vá infligir o direito dos meus alunos, nem passando por cima das normas da escola, eu tenho que respeitar a hierarquia, mas dentro das normas da escola eu sou autônoma, eu tomo as minhas decisões		para o bem do grupo, você tem que estar sempre disposto.
Você se acha autônomo?	Me acho sim!	Em algumas situações me acho.	Em algumas medidas eu posso dizer até que não me achava, mas agora é preciso que seja, diante das circunstâncias as vezes a gente toma decisões sem nem, pronto eu poderia muito bem dizer a você que não, eu não me acho autônoma, mas diante das experiência de hoje eu já diria diferente, por que? Por que a direção para mim já é uma nova experiência que eu nunca esperei e hoje eu vejo que diante desta, desta função as coisas estão fluindo de modo que nem eu mesma esperava, então eu posso dizer a você que sim, hoje eu tenho autonomia, ela foi se construindo.
Em quais momento você se ver com autônomo no seu cargo?	Desta mesma forma que te falei, mas eu sempre procuro respeitar a hierarquia por que eu sei que sobre mim existem outras pessoas, que para que o trabalho	Nas tomadas de decisões, por que assim a gente conversa, mas eu me sinto capacitada para tomar aquela decisão, não que eu tome as decisões sozinha eu gosto das	Quando é preciso você, é assim, como que eu lhe digo, você tomar decisões precisas diante de um quadro de funcionário grande, com é aqui, então digamos que na

	delas seja bem feito, eu tenho também que fazer o meu bem feito neh.	decisões em equipe, mas que eu tenho aquele respaldo de ver como fazer e tal e tomar aquela decisão.	posição de relacionamento com os funcionários é preciso você ter o equilíbrio, não é o controle totalmente, mas o equilíbrio de um bom relacionamento. Então você tem que ter a postura na medida de uma autônomo como tem que ser, na medida correta.
Você vê autonomia dentro da escola? Em quais momentos?	No geral eu vejo, eu não acho que essa escola seja uma escola ditadora é como eu tô dizendo a você, as vezes as pessoas confundem, acham que ser autônomo é querer passar por cima das normas da escola e autonomia não é isso, autonomia é você e ter o direito de fazer o seu trabalho, mas fazer o seu trabalho com dignidade, com responsabilidade e respeitando o limite de cada um.	Sim vejo, eu acho que em todos, eu acho aqui uma escola bem democrática, cada uma dentro do seu contexto, a direção tem as suas autonomia maiores, a autonomia administrativas e tenho no setor pedagógico a autonomia de tomar minhas decisões, mas as que me dizem respeito sabe, e cada um tem dentro do seu segmento.	Dentro da escola eu vejo quando eu tomo decisões diante de algumas posições de alguns funcionários, tipo quando você deixa muito a vontade você percebe que a coisas não fluem como deveriam. Então é preciso que você chegue junto, procure sentar e mostrar que aquele caminho não está legal, querendo fazer com as coisa fluam de melhor forma. Então eu acho que a melhor forma em termo de gestão de pessoas é você chegar no funcionário e ter a autonomia de saber chegar no funcionário.
Você vê a autonomia presente na relação da gestão? E na relação entre os professores e os coordenadores pedagógicos?	Vejo, eu não acho. Logico que a gente sabe que em todo canto existe, que tem momentos que você tem que se impor, por que tem pessoas que não aceitam as coisa democraticamente, por exemplo: se vem você sendo uma pessoa democrática, acham que você é uma	Sim vejo!	É preciso que haja para que se tenha um melhor entendimento da equipe, por que você sabe que a escola ela não é só diretor, supervisor e professor é uma equipe, é preciso que caminhe todos juntos e para isso é preciso que haja essa ligação, direção, supervisor e

	<p>peessoa, que dizem assim, acho que você é uma pessoa que não tá nem ai paras as coisas e que fazer de qualquer jeito, mas não é assim, de certa forma a escola ela é muito democrática na minha opinião eu não vejo o supervisor entrar na minha sala de aula para dizer, olhe você tem que fazer “assim e assado”, não ela observa, logico que todo mundo ver como você trabalha ou não, mas é observando e ela é assim se alguém tiver precisando de uma ajuda ela chama e a gente senta e vai tentar melhorar aquilo que a gente estava fazendo.</p>		<p>professores e demais funcionários, de onde a supervisão repassa para a gente, a gente busca saber o que se passa, o que tá acontecendo nesta relação do supervisor com os professores e daí sim a gente faz a equipe neh caminha de forma em conjunto, pois é esse conjunto que faz a escola crescer, se não tiver esse conjunto, esse enlaçamento entre ambos.</p>
<p>Qual a relação que você faz entre educação e autonomia?</p>	<p>Toda por que não existe educação onde não exista a autonomia, como que vai haver educação se você não respeita os limites e os direitos dos outros e nem seu direitos são respeitados. Se houve esse respeito e todo mundo souber as suas obrigações e fizerem elas serem cumpridas normalmente tudo anda e esse respeito vai haver sempre.</p>	<p>Como eu disse essa capacidade de tomar decisões dentro contexto que a gente pode e a gente deve, sem ultrapassar os limites, as fronteiras.</p>	<p>Educação e autonomia é, a educação ela é fundamental em todos os sentidos, para você chegar a ter uma boa autonomia e sabia em termo de você colocar em prática você precisa ter um bom embasamento de educação, para poder fluir e trilhar esses caminhos, pois para se trabalhar com muitas pessoas para isso e fundamental.</p>
<p>A escola possui um regimento interno?</p>	<p>O regimento daqui é onde está estipulado as normas da escola, todas as normas da escola, todo ano ele é atualizado, como assim por exemplo: existe clausulas no</p>	<p>Sim possui!</p>	<p>Sim</p>

	<p>regimento que ela é permanente, mas existe outras que você pode ir inovando a cada ano, assim conhecimento a gente tem, pelo menos eu tenho de saber o que é que tem o que não tem, tem coisa claro que nem tudo eu lembro de tudo que foi feito. Na hora que a gente quiser tirar uma dúvida, pera ai deixa a gente ver aqui o regimento o que é que diz, ele está disponível para a gente vê.</p>		
SOBRE AUTONOMIA E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO			
<p>Você acredita que pós a implantação do Projeto Político Pedagógico a escola passou a conquistar autonomia?</p>	<p>Em algumas coisa sim, por exemplo na questão de decisão sobre (pausa) um exemplo sobre um aluno, a questão da farda é uma das coisas que está colocada no projeto político pedagógico da escola, então é assim se o pai reclamar o a escola está amparada por que ela tem essa clausula dentro do regimento, está no PPP, eu acho que o regimento é fundamental para que a escola funcione tudo direitinho, é como um professor sem planejamento ele não consegue dar aula, ele não trabalha bem, o PPP da escola do mesmo jeito para que a escola caminhe baseada na lei ela precisa deste projeto político pedagógico.</p>	<p>Melhorou bastante, por que dentro do projeto político pedagógico a gente coloca todas aquelas atividades inerente o contexto das dimensões, as dimensões administrativas colocam suas partes, nos colocamos nossa parte a pedagógica, o conselho também, então tudo dentro daquele contexto então fica bem melhor, é um respaldo que a gente tem de acompanhamento.</p>	<p>Sobre o projeto político pedagógico eu não estava presente quando foi formado, mas eu já tenho conhecimento do próprio e posso dizer que diante da formação deste projeto, sim a escola alcançou a autonomia, pois este projeto trilha um caminho que a escola deve seguir e por ele é que a escola cria e tem sua autonomia, porquê? – por que ele é a base do segmento da escola, o projeto político pedagógico já está dizendo é a política da escola, então a gente não pode sair dele a gente tem que trilhar por ele, então ele nos dá autonomia de tudo dentro da escola.</p>

<p>Você vê autonomia no Projeto Político Pedagógico? Em que momento?</p>	<p>Neste sentido por que você se sente segura para tomar as decisões por que você sabe que está amparada por lei, por que não é, as vezes é assim as pessoas acham que se você seguir as normas você está sendo obrigada, não todo mundo tem que saber que em qualquer lugar que você viva você tem que saber que existe normas, existe normas na casa da gente, existe normas no local de trabalho, existe normas na sociedade, se você não respeita essa normas e você não sabe até onde vai seu direito, você não vai trabalhar bem, mas se você sabe isso ai você trabalha bem em qualquer lugar e reconhecer que existe uma hierarquia, aquela que você deve procurar quando precisar e estiver passando por alguma necessidade.</p>	<p>Eu creio que em todos, agora mas especificamente no meu, no momento pedagógico, para a gente tomar as decisões.</p>	<p>O projeto político pedagógico ele nos dá autonomia, ele tem autonomia quando ele próprio direciona a escola e tem, podemos dizer assim a sua própria doutrina a sua lei, então ele tem sim essa autonomia, a qual ele nos dá autonomia, primeiro ele tem autonomia por que ele está regido por aquela lei, aquela demanda que ele tem e dele é que a gente vai ter a autonomia para trabalhar.</p>
--	---	--	---



*Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Educação e da Cultura - SEEC
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
Campus Universitário Central, Rua Professor Antônio Campos, s/n, BR 110, km 48,
Bairro Costa e Silva – Mossoró/RN | 59600-000
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - POSEDUC*

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Esclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa “**A AUTONOMIA EM UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE AREIA BRANCA/RN: Um estudo sobre a implantação do Projeto Político Pedagógico**” coordenada pelo (a) **Prof^a.Dr^a Francisca de Fátima Araújo Oliveira**, e que segue as recomendações das resoluções 466/12 e 510/16do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares. Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade.

Caso decida aceitar o convite, será submetido ao seguinte procedimento: Entrevista cuja responsabilidade de aplicação é da mestrandia em formação, no Programa de Pós Graduação em Educação – POSEDUC, da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. As coletadas serão organizadas em banco de dados em programa estatístico e analisadas a partir de técnicas de estatística descritiva e inferencial.

Essa pesquisa tem como objetivo geral: “Analisar como a implantação do Projeto Político-Pedagógico tem contribuído para a construção da autonomia em uma escola pública municipal de Areia Branca/RN”.

Os dados coletados dão garantia do anonimato/privacidade do participante na pesquisa, onde não será preciso colocar o nome do mesmo; Para manter o sigilo e o respeito ao participante da pesquisa, apenas a discente **Karla Kaliane da Silva Castro** aplicará o questionário e somente a discente **Karla Kaliane da Silva Castro** e o pesquisador responsável poderão manusear e guardar os questionários; Sigilo das informações por ocasião da publicação dos resultados, visto que não será divulgado dado que identifique o participante; Garantia que o participante se sinta a vontade para responder aos questionários.

Você ficará com uma via original deste TCLE e toda a dúvida que você tiver a respeito desta pesquisa.

Consentimento Livre

Concordo em participar desta pesquisa “**A AUTONOMIA EM UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE AREIA BRANCA/RN: Um estudo sobre a implantação do Projeto Político Pedagógico**”. Declarando, para os devidos fins, que fui devidamente esclarecido quanto aos objetivos da pesquisa, aos procedimentos aos quais serei submetido (a). Foram garantidos a mim esclarecimentos que venham a solicitar durante a pesquisa e o direito de desistir da participação em qualquer momento, sem que minha desistência implique em qualquer prejuízo a minha pessoa ou a minha família. Autorizo assim, a publicação dos dados da pesquisa, a qual me garante o anonimato e o sigilo dos dados referentes à minha identificação.

Areia Branca/ RN , _____/_____/_____.

Assinatura do (a) Mestrando (a)

Assinatura do Participante

Aluno (KARLA KALIANE DA SILVA CASTRO) - Aluna do Programa de pós Graduação em Educação - POSEDUC, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Campus Central Mossoró/ RN

Profª Drª Francisca de Fátima Araújo Oliveira (Orientador da Pesquisa – Pesquisadora Responsável) - do Programa de pós Graduação em Educação - POSEDUC, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Campus Central Mossoró/ RN.

.